



COOPERMILA



**RELATÓRIO DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO**

2013

Cooperativa de Eletrificação Lauro Müller

ÍNDICE

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO	7
MENSAGEM DO PRESIDENTE	8
CONJUNTURA ECONÔMICA	9
Ambiente macroeconômico.....	9
Ambiente regulatório.....	9
Tarifas de energia.....	11
Investimento remunerável.....	11
Comportamento do mercado.....	13
Perdas e diferenças.....	13
Proinfa.....	13
Ligação de consumidores.....	13
Número de consumidores.....	13
DISTRIBUIÇÃO DIRETA POR CLASSE DE CONSUMO	15
Consumo por classe.....	15
Receita.....	17
Receita líquida.....	17
Tarifas.....	17
Composição das Tarifas.....	18
Qualidade do fornecimento.....	18
Atendimento ao consumidor.....	19
Tecnologia da informação.....	19
Novos negócios.....	19
Sobras.....	21
Investimentos.....	22
Captações de recursos.....	22
Valor adicionado.....	22
Distribuição do valor adicionado.....	22
Política de reinvestimento e distribuição de sobras.....	24
Composição das quotas de capital social.....	24
Comportamento do preço das quotas.....	24
Atendimento a associados.....	24
Planejamento empresarial.....	26
Recursos humanos.....	26
Responsabilidade social.....	26
Responsabilidade ambiental.....	26
Permissionária em números.....	26
Área de permissão.....	28
Serviços executados.....	30
Subestações.....	30
Alimentadores.....	30
Troca de medições.....	30
Vistorias.....	30
Iluminações públicas.....	30
Plantão.....	30
Balanco energético - Janeiro a dezembro/2013.....	30
PLANO DE ATIVIDADES – 2014	31
Distribuição.....	32
Redes	32
Transformadores	32
Equipamentos	32
Comercialização.....	32
Administração.....	32
AUDITORES INDEPENDENTES	33
AGRADECIMENTOS	34
BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO	36
BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO	37

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	38
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ASSOCIADOS E NÃO ASSOCIADOS	39
DEMONSTRATIVO DE RESULTADO ABRANGENTE E DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTARIAS	40
DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL	41
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	42
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	44
NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS	46
1 – CONTEXTO OPERACIONAL	46
2 – DA PERMISSÃO	46
3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	46
4 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	46
5 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	49
6 – ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	49
7 – CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIOS E PERMISSIONÁRIOS	49
7.1 - Composição das contas a receber	49
8 – RENDAS A RECEBER	50
9 – DEVEDORES DIVERSOS	51
10 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR	51
11 – ESTOQUE	51
12 – OUTROS CREDITOS	51
13 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	52
14 – TÍTULOS E VALORES MOBILIARIOS	52
15 – ATIVOS FINANCEIROS DA PERMISSÃO	52
16 – BENS DESTINADOS A ALIENAÇÃO	52
17 – INVESTIMENTOS	52
18 – IMOBILIZADO	53
19 – INTANGÍVEL	54
20 – FORNECEDORES	55
21 – FOLHA DE PAGAMENTO	55
22 – ENCARGOS DE DÍVIDAS	55
23 - EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	55
24 – ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER	56
25 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	56
26 – CREDORES DIVERSOS	56
27 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS	56
28 – CONCESSIONÁRIOS DE ENERGIA ELÉTRICA	56
29 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	57
29.1 - Contingências trabalhistas	57
29.2 - Cíveis	57
29.3 - Fiscais	57
29.2 - Outras provisões	58
30 – OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	58
31 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO	58
31.1 - Capital social	58
31.2 - Reservas e ajustes	58
31.3 - Fundos estatutários	58
31.4 - Sobras do exercício	59
32 – JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	59
33 – RECEITA OPERACIONAL	59
33.1 - Fornecimento energia elétrica	59
33.2 - Uso do sistema de distribuição	59
33.3 - Receita de construção	60
33.4 - Outras receitas vinculadas	60
33.5 - Outras receitas operacionais	60
34 – DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	60
34.1 - Tributos e encargos	60
34.2 - Encargos do consumidor	60
35 – CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELETRICA	61
35.1 - Energia elétrica comprada para revenda	61



35.2 - Encargos de uso do sistema de distribuição.....	61
35.3 - Outros encargos.....	61
36 – DESPESAS OPERACIONAIS	61
36.1 - Despesas de pessoal.....	61
36.2 - Outras despesas operacionais.....	62
36.3 - Outros.....	62
37 – RESULTADO FINANCEIRO	62
37.1 - Receitas financeiras.....	62
37.2 - Despesas financeiras.....	63
38 – RESULTADO NÃO OPERACIONAL	63
38.1 - Receitas não operacionais.....	63
38.2 - Despesas não operacionais.....	63
39 – PROVISÕES PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	63
40 – PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS	64
41 – PLANO DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS	64
42 – TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS	64
43 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS	64
43.1 - Considerações gerais.....	64
43.2 - Concentração de riscos de crédito.....	64
43.3 - Moeda estrangeira.....	64
44 – DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SEGREGADO POR ATIVIDADE	64
44.1 - Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por Unidades de Negócio:.....	66
44.2 - Conciliação das demonstrações de resultado:.....	66
45 – SEGUROS	66
46 – EVENTOS SUBSEQUENTES	67
BALANÇO PATRIMONIAL SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO	69
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO	70
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	71
1 – CONSUMIDORES	71
2 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	71
3 – CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS	72
3.1 - Créditos fiscais federais.....	72
3.2 - Créditos fiscais estaduais.....	72
4 – INVESTIMENTOS	72
5 – IMOBILIZADO	72
5.1 - Ajuste.....	72
5.2 - Imobilizado em serviço.....	72
5.3 - Imobilizado em curso.....	73
5.4 - Vida útil e taxas de depreciação.....	73
5.5 - Obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica.....	74
5.6 - Manual de controle patrimonial.....	74
5.7 - Bens totalmente depreciados.....	74
6 – INTANGÍVEL	75
6.1 - Ajuste.....	75
6.2 - Composição do Intangível.....	75
7 – PASSIVOS REGULATÓRIOS	75
8 – RESERVAS DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	75
9 – SOBRAS (PERDAS) ACUMULADAS	75
10 – RECEITA OPERACIONAL BRUTA	76
10.1 – Ajustes.....	76
10.2 - Fornecimento energia elétrica.....	76
10.2 - Uso do sistema de distribuição.....	76
11 – RECEITA DE ATIVIDADES NÃO VINCULADAS	77
12 – OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	77
12.1 - Ajuste.....	77
12.2 - Composição.....	77
13 – CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS PARCELA “A”	77
14 – RESULTADO EXTRAPERMISSÃO	77
14.1 - Resultado financeiro.....	78

14.1.1 - Receitas financeiras.....	78
14.1.2 - (-) Despesas financeiras.....	78
14.2 - Resultado não operacional.....	78
14.2.1 - Receitas não operacionais.....	78
14.2.2 - (-) Despesas não operacionais.....	79
Balanço social – 2013.....	81
Estendendo a todos os benefícios da eletricidade.....	81
Preservando o meio ambiente.....	81
Filantropia.....	81
Programa de estagiários.....	81
DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL	82
ATA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	85
EDITAL DE CONVOCAÇÃO	88
PARECER DA AUDITORIA SOCIETÁRIA	90
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	91
PARTICIPAÇÕES	97



RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO



ASSOCIADOS

Cumprindo determinações legais e estatutárias, apresentamos o relatório das principais atividades no exercício de 2013.

Em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas em conformidade com a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que rege as atividades cooperativas no Brasil, legislação societária brasileira, comparadas ao período de 2012, acompanhadas de parecer do conselho fiscal, parecer de auditores independentes e acrescida do balanço social.

Também apresentadas as demonstrações contábeis regulatórias na forma proposta pelo poder concedente (ANEEL) para atender as normas do setor elétrico brasileiro.

Demonstração do fluxo de caixa (DFC) e demonstração do valor adicionado (DVA) os quais são importantes para divulgar o desempenho da Cooperativa de Eletrificação Lauro Müller – COOPERMILA para a sociedade, parceiros, associados e consumidores.

Ata da reunião do conselho de administração que estabeleceu as diretrizes para as estimativas e provisões aplicadas ao balanço societário.

Ata da assembleia geral ordinária que aprovou as informações contábeis referentes ao exercício de 2013.

Publicação na home-page www.coopermila.com.br para acesso de associados, consumidores e sociedade forma a consolidar a transparência da gestão.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

CENÁRIO

A Cooperativa de Eletrificação Lauro Müller - Coopermila manteve sua atuação no segmento de distribuição de energia elétrica, ampliando seus conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados nos de 42 anos de sua existência.

O contrato de permissão para distribuição de energia elétrica nº 017/2008, de 12 de dezembro de 2008, representa a continuidade e regulamentação da empresa em nossa área de atuação garantindo a modicidade tarifária aos associados e consumidores.

O prazo de vigência do contrato de permissão de 20 (vinte) anos deveria ser alterado para 30 (trinta) anos com cláusula contratual de prorrogação por igual período o que expressa uma conquista significativa do cooperativismo brasileiro instituída pela Lei nº 12.111 de 09/12/2009.

A economia municipal no exercício de 2013 mostrou crescimento da demanda por energia elétrica na classe de consumo industrial de 5,67 e rural de 5,66% com relação a 2012.

A classe de consumo residencial que apresentou um aumento de 26,67% não significa paramento para análise de mercado visto que este consumo representa somente 1,59% do total de GWh distribuídos.

O mercado na classe industrial se manteve e o tímido crescimento de consumo da classe rural registrou-se motivado pela crise que se avizinha na agroindústria rural principalmente no segmento de criação de aves.

O consumo do setor industrial continua ainda representando 56,19% de toda a energia comercializada pela permissionária em 2013.

A recuperação do sistema elétrico de distribuição continua em fase de conclusão de conformidade com as metas aprovadas nas últimas assembleias gerais melhorando a qualidade dos serviços e o relacionamento com os associados consumidores.

No exercício social não se registrou redução nas tarifas de fornecimento ao grupo "A" e "B" o que determinou satisfação aos associados e consumidores de todas as classes de consumo.

Os programas sociais estabelecidos no planejamento anual alcançaram os objetivos marcando mais um ano de nossa característica de empresa cidadã.

A administração com austeridade promoveu de forma igualitária o desenvolvimento aos associados e consumidores de sua área de atuação com objetivo manter melhores perspectivas sociais.

O novo conselho de administração eleito na assembleia geral ordinária para o período 2013 a 2016 manteve as disposições do planejamento estratégico em vigência.

CONJUNTURA ECONÔMICA

Ambiente macroeconômico

O crescimento econômico global continuou “abaixo do seu potencial” este ano, segundo um relatório divulgado pelas Nações Unidas. O documento enfatiza que a criação de empregos será vital para estimular a recuperação da economia.

A crise revelou a existência de uma nova dinâmica na econômica mundial, caracterizada pela inclusão das economias emergentes no contexto político-estratégico das economias predominantes como os Estados Unidos, a União Europeia e o Japão. Ficou clara a necessidade de um Estado mais ativo no processo de suavizar os ciclos econômicos e no campo de regulação dos movimentos internacionais de mercadorias e ativos financeiros.

Países emergentes como Brasil, China, Rússia, Índia, em transição para se tornarem global players, ao combinarem um mercado interno potencial forte, abundância de recursos naturais como energia, gás e petróleo e possibilidade de produzirem grande quantidade de alimentos. A existência de um parque industrial moderno tem sido destacado como aspecto de grande relevância.

Para o ano de 2014 o que deve prevalecer na Europa é uma valorização positiva de mais 1% na taxa de crescimento do PIB agregado consolidando mais um estímulo a economia mundial.

A volatilidade foi uma das principais características da economia brasileira em 2013. A indústria e até mesmo o varejo apresentaram **oscilações** muito fortes e acima do normal. A taxa de desemprego permaneceu no nível mais baixo da história

Essa volatilidade mostra que 2013 foi efetivamente um ano marcado por níveis de incerteza acima do normal e por diversos eventos que afetaram o comportamento da economia.

A ameaça de retorno da inflação importou no retorno do aumento das taxas de juros conjugado com o fraco desempenho da balança comercial.

Alguns cortes de impostos e incentivos ao consumo foram mantidos objetivando manter o aquecimento da demanda interna.

O endividamento da população sustentado na prática de facilidades e ampliação de crédito continua como uma significativa ameaça ao crescimento e liquidez do mercado interno.

Ambiente regulatório

Decreto nº 7.891 de 14/09/2012 publicado em 23/01/2013.

Regulamenta a Lei nº 12.783 de 11/01/2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária, e a Medida Provisória nº 605 de 23/01/2013, que altera a Lei nº 10.438 de 26/04/2002, e dá outras providências.

Decreto nº 7.945 de 07/03/2013 publicado em 08/03/2013.

Altera os Decretos nº 5.163 de 30/07/2004 e o nº 7.891 de 23/01/2013.

Decreto nº 8.020 de 29/05/2013 publicado em 29/05/2013.

Altera o Decreto nº 7.891 de 23/01/2013, que regulamenta a Medida Provisória nº 605 de 23/01/2013, que altera a Lei nº 10.438 de 26/04/2002, para autorizar o repasse dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

Resolução normativa nº 532 de 14/01/2013, publicada em 18/01/2013.

Disciplina o oferecimento de garantias por concessionárias, permissionárias e autorizadas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, propiciando condições para o desenvolvimento do mercado sem comprometimento da individualidade das delegações e da adequada continuidade dos serviços; bem como revoga as Resoluções Autorizativas ANEEL nº 2.413 de 25/05/2010; nº 2.573 de 13/10/2010, e a Resolução ANEEL nº 521 de 17/09/2002.

Resolução normativa nº 534 de 29/01/2013, publicada em 01/02/2013.

Altera o parágrafo 21 do Submódulo 2.5 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovado pela Resolução /Normativa SRE/ANEEL nº 457 de 08/11/2011.

Resolução normativa nº 537 de 05/03/2013 publicado em 15/03/2013.

Aprova os Submódulos 8.1, 8.3 e 10.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, os quais definem conceitos gerais, metodologias aplicáveis, procedimentos gerais a serem aplicados ao processo de definição da Estrutura Tarifária e a organização geral e os prazos para execução dos processos relativos ao Primeiro ciclo de revisões tarifárias periódicas das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica (1CRTP-P).

Resolução normativa nº 543 de 02/04/2013, publicada em 05/04/2013.

Altera os Módulos 2, 6 e 7 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST, bem como o submódulo 7.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET.

Resolução normativa nº 544 de 09/04/2013 publicado em 12/04/2013.

Altera o parágrafo 39 do Submódulo 2.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovado pela Resolução Normativa SRE/ANEEL nº 457 de 08/11/2011.

Resolução normativa nº 547 de 16/04/2013 publicado em 10/05/2013.

Estabelece os procedimentos comerciais para aplicação do sistema de bandeiras tarifárias; altera, a partir de 2014, a definição do termo VRERE contida nos arts. 96 e 97; altera o art. 116; bem como altera a alínea "i" do inciso I do art. 119 da Resolução Normativa ANEEL nº 414, de 09/09/2010; exclui os parágs. 39, 40, 41, 46, 48, 49 e 55 e altera os parágrafos 36, 38, 56 e 57, inciso I do Submódulo 7.1 do PRORET.

Resolução normativa nº 552 de 21/05/2013 publicado em 07/06/2013.

Altera o art. 4º da Resolução Normativa SRE/ANEEL nº 471 de 20/12/2011, que estabeleceu os procedimentos a serem adotados, a título provisório, nos processos de revisão tarifária de concessionárias e permissionárias até a publicação das correspondentes metodologias aplicáveis; e revoga o Despacho ANEEL nº 2.215 de 03/07/2012.

Resolução normativa nº 554 de 11/06/2013, publicada em 20/06/2013.

Altera o parágrafo 3º do art. 4º e inclui o artigo 4º-A na Resolução Normativa ANEEL nº 471 de 20/12/2011, que estabeleceu os procedimentos a serem adotados, a título provisório, nos processos de revisão tarifária de concessionárias e permissionárias até a publicação das correspondentes metodologias aplicáveis.

Resolução normativa nº 555 de 11/06/2013, publicada em 27/06/2013.

Altera o Submódulo 8.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata dos conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos a serem utilizados no Primeiro Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica (1CRTP-P).

Resolução normativa nº 562 de 09/07/2013 publicado em 15/07/2013.

Altera o submódulo 10.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, conforme anexo.

Resolução normativa nº 561 de 02/07/2013 publicado em 16/07/2013.

Torna sem efeito a responsabilidade das concessionárias de transmissão e dos usuários com Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST por indenizar as concessionárias e permissionárias de distribuição pelos valores pagos a título de ressarcimento de danos elétricos em unidades consumidoras.

Resolução Normativa nº 565 de 16/07/2013 publicado em 01/08/2013.

Altera o Submódulo 7.2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET

Resolução normativa nº 572 de 13/08/2013 publicado em 14/08/2013.

Estabelece o procedimento para comprovação do atendimento aos critérios de elegibilidade à concessão da Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE e para validação do cálculo da Diferença Mensal de Receita - DMR; altera o inciso I do pará. 2º, do art. 7º; o art. 28; altera os incisos II, V e VI e insere os incisos VII e VIII no parágrafo 4º, do art. 145; altera o art. 146 e revoga o art. 223, da Resolução Normativa ANEEL nº 414, de 09/09/2010; bem como altera o pará. 1º, do art. 3º e insere o art. 3º-A; altera o quadro III, do Anexo I e exclui o Anexo II, da Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24/01/2012.

Resolução normativa nº 574 de 20/08/2013 publicado em 29/08/2013.

Estabelece a metodologia e os limites para os indicadores de qualidade comercial DER - Duração Equivalente de Reclamação e FER - Frequência Equivalente de Reclamação; bem como altera artigos da Resolução Normativa ANEEL nº 414, de 09/09/2010.



Resolução normativa nº 585 de 05/11/2013 publicado em 18/11/2013.

Altera a tabela do item 28 do Submódulo 2.6 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, conforme Anexo.

Resolução normativa nº 593 de 17/11/2013 publicado em 27/12/2013.

Altera os Módulos 7.1 e 7.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, conforme anexo.

Resolução homologatória nº 1.570 de 16/07/2013 publicado em 19/07/2013.

Homologa os resultados da revisão tarifária extraordinária de 2013, fixa as tarifas de energia - TE e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD das permissionárias de distribuição de energia elétrica; bem como fixa o valor da quota anual da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, conforme detalhado na Tabela 3.

Resolução homologatória nº 1.609 de 03/09/2013 publicado em 04/09/2013.

Homologa o resultado da primeira revisão tarifária periódica - RTP, decorrente do reposicionamento tarifário, fixa as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD e as Tarifas de Energia - TE, referentes à Cooperativa de Eletricidade Lauro Muller - COOPERMILA.

Resolução homologatória nº 1.628 de 24/09/2013 publicado em 27/09/2013.

Homologa as Tarifas de Energia – TE e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSD referentes à Cooperativa de Eletrificação Lauro Muller – COOPERMILA, as tarifas de suprimento da Celesc Distribuição S.A. - CELESC-DIS para a COOPERMILA e dá outras providências.

Resolução homologatória nº 1.666 de 10/12/2013 publicado em 13/12/2013.

Estabelece as cotas de custeio e as de energia elétrica, para o ano de 2014, referentes ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA.

Tarifas de energia

As tarifas de fornecimento atuais em vigor estabelecidas na resolução homologatória Aneel nº 1.628 de 24 de setembro de 2013 permanecem até o reajuste tarifário previsto para 28 de setembro de 2014.

Investimento remunerável

A base de remuneração é constituída pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e almoxarifado de operação, deduzida às obrigações vinculadas ao serviço público de energia elétrica (obrigação especial), resultando no investimento remunerável diminuído da cota de depreciação que compõe a parcela “B” da receita requerida pela permissionária, dados demonstrados em nota explicativa.

A natureza jurídica cooperativas determina uma variável significativa na base de remuneração, considerando que são sociedades regidas por lei específica a que se observar o disposto no texto da Lei nº 5.764/71 de 16 de dezembro de 1971:

“Art. 3º Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro”.

A característica sem fins lucrativos é uma determinante do princípio cooperativista que consolida o atendimento prioritário ao interesse social.

Distribuição e Comercialização de Energia

DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Coopermila - Cooperativa de Eletrificação Lauro Müller distribui energia elétrica na área rural do município de Lauro Müller com poligonais envolventes no município de Orleans e Urussanga atendendo 1.061 associados consumidores em sua área de permissão.

A administração concentra todos os esforços para obter melhores condições de fornecimento ao grupo de associados consumidores de sua área de atuação, com tarifas condizentes, de forma a promover o desenvolvimento social.

Comportamento do mercado

O mercado energético da permissionária aponta para um pequeno aumento de demanda resultante da falta de incentivo a empreendimentos produtivos no município e fraca expectativa de retorno do crescimento a economia nacional, que apresentará efeitos no ano de 2014 e subseqüentes.

A permissionária apresentou em seu balanço energético anual o aumento do consumo de 5,85%.

<i>Suprimento</i>	<i>Balanço energético em GWh</i>		
	<i>2013</i>	<i>2012</i>	<i>%</i>
Celesc	12,64	11,93	5,95
Proinfa	0,20	0,23	(13,04)
Geração própria	-	-	-
Outros	-	-	-
Total	12,84	12,16	5,59
<i>Fornecimento</i>			
Consumidores - Distribuição direta	11,94	11,28	5,85
Consumidores livres	-	-	-
Geração própria	-	-	-
Energia contratual	-	-	-
Energia de curto prazo	-	-	-
Total	11,94	11,28	5,85
<i>Perdas e diferenças</i>			
Distribuição	0,90	0,88	2,27
Total	7,01	7,24	(3,14)

Perdas e diferenças

Os percentuais das perdas do ano de 2013 refletem a realidade de nosso mercado.

Proinfa

Foram contabilizados os montantes físicos e financeiros estabelecidos na resolução homologatória nº 1.385 de 04/12/2012 e publicada em 06/12/2012, que estabelece as quotas de custeio do Proinfa para o exercício de 2013.

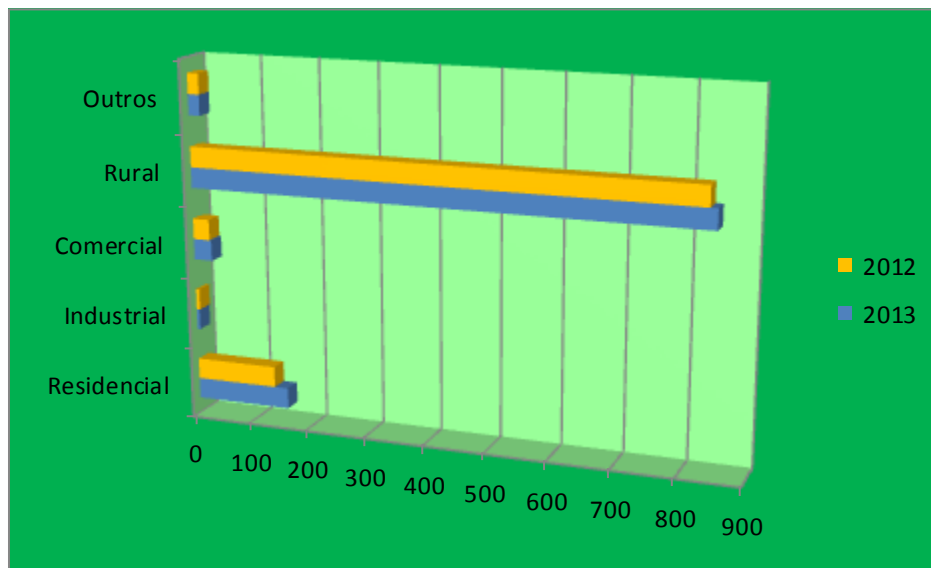
Ligação de consumidores

Foram realizadas no ano 62 novas ligações sendo 33 residenciais, 26 rurais e 3 comerciais com 10 desligamentos na classe residencial, 01 na industrial e 14 consumidores na classe rural.

Número de consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2013 apresentou um crescimento de 3,61% sobre o ano anterior, demonstrado no quadro a seguir:

Classe	Número de consumidores		
	2013	2012	%
Residencial	159	136	16,91
Industrial	5	6	(16,67)
Comercial	31	28	10,71
Rural	847	835	1,44
Outros	19	19	-
Total	1.061	1.024	3,61



DISTRIBUIÇÃO DIRETA POR CLASSE DE CONSUMO

O consumo de energia elétrica na área de atuação da permissionária no ano 2013 foi de 11,94 Gigawatts-hora, apresentado um aumento de 5,85% em relação a 2012.

O aumento verificado expressa o crescimento vegetativo da permissionária que tem sua área de atuação estabelecida totalmente em localidades rural.

O segmento do mercado que mais contribuiu para esse resultado foi à classe residencial. Esta classe porém representa um pequeno consumo da permissão visto que a permissionária atua em área exclusivamente rural e apresentou aumento de 26,67%.

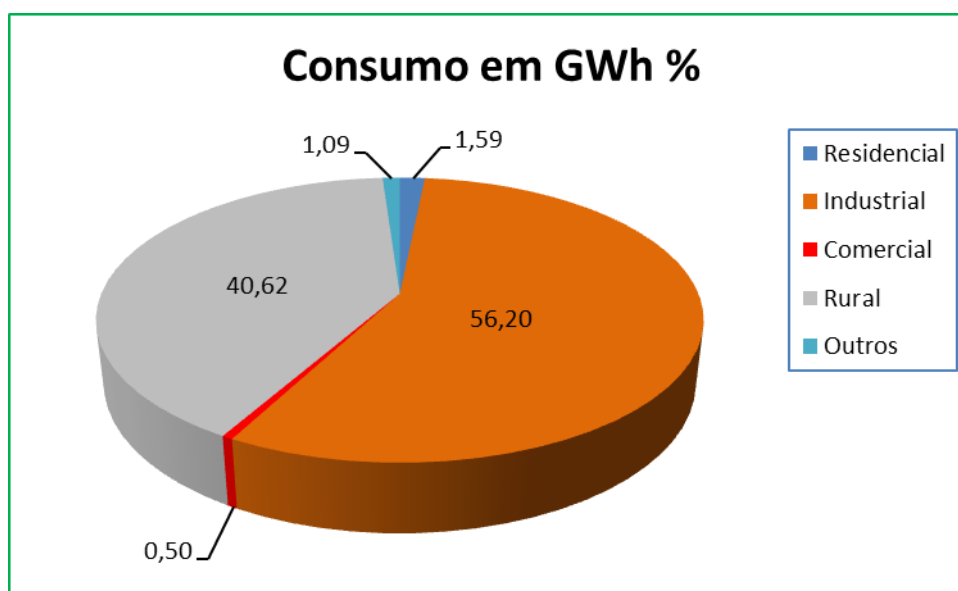
A classe industrial apresentou aumento no consumo de energia elétrica de 5,67%, determinados pelo crescimento da atividade de extração de carvão mineral utilizado em usinas termoeletricas.

Outra classe de extrema relevância no mercado é classe rural que também apresentou crescimento não significativo no exercício.

Abaixo são apresentados os resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Classe	Consumo em GWh		
	2013	2012	%
Residencial	0,19	0,15	26,67
Industrial	6,71	6,35	5,67
Comercial	0,06	0,06	-
Rural	4,85	4,59	5,66
Outros	0,13	0,13	-
Total	11,94	11,28	5,85

Consumo por classe



Desempenho Operacional



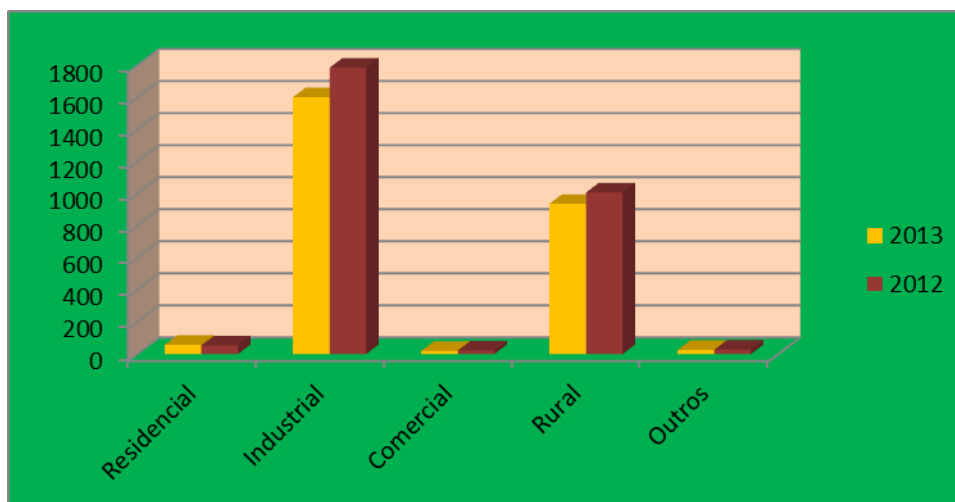
DESEMPENHO OPERACIONAL E INDICADORES DE QUALIDADE

Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 2.641 milhões, conforme quadro a seguir:

Classe	Receita líquida em R\$ mil		
	2013	2012	%
Residencial	57	53	7,55
Industrial	1.603	1.787	(10,30)
Comercial	19	22	(13,64)
Rural	937	1.008	(7,04)
Outros	25	27	(7,41)
Subtotal	2.641	2.897	(8,84)
ICMS	788	868	(9,22)
Total	3.429	3.765	(8,92)

Receita líquida



Tarifas

A tarifa média anual de fornecimento de energia elétrica da permissionária foi de R\$ 221,17 por MWh.

Classe	Tarifa média de fornecimento	
	2013	2012
	R\$/MWh	R\$/MWh
Residencial	298,66	353,94
Industrial	238,97	281,24
Comercial	308,32	350,53
Rural	193,05	219,73
Poderes públicos	307,22	350,47
Iluminação pública	172,65	198,22
Serviços públicos	270,54	297,97
Média	221,17	256,93

Composição das Tarifas

Composição da tarifa	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Outros
Impostos					
PIS	-	-	-	-	-
COFINS	-	-	-	-	-
ICMS	53,43	79,66	72,80	47,42	65,03
Taxas					
Fiscalização	0,63	0,63	0,63	0,63	0,63
PEE e P&D	2,27	2,278	2,27	2,27	2,27
CDE	6,22	6,22	6,22	6,22	6,22
CCC	3,53	3,53	3,53	3,53	3,53
RGR	0,45	0,45	0,45	0,45	0,45
Custo da energia comprada para revenda	90,68	90,68	90,68	90,68	90,68
Encargos de uso da rede elétrica	30,04	30,04	30,04	30,04	30,04
Despesas de pessoal	46,34	46,34	46,34	46,34	46,34
Outras despesas operacionais	106,50	102,21	102,21	(2,35)	47,96
Tarifa bruta da permissionária (*)	340,08	362,02	355,16	225,22	293,14
Resultado médio	352,09	318,63	381,12	240,48	260,14

Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor).

Conjunto Coopermila	2013	2012	%
DEC (horas)	26,40	22,19	183,40
FEC (horas)	15,79	18,63	155,56
TMD (minutos)	15,20	19,29	(21,20)
TMA (minutos)	75,96	93,56	(18,81)

No exercício de 2013, a COOPERMILA utilizou apenas 01 conjunto, denominado Conjunto COOPERMILA, atendendo a determinação da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

Legenda dos indicadores:

DEC - expressa o intervalo de tempo que, em média, cada consumidor do conjunto considerado ficou privado de fornecimento de energia elétrica, no período de observação, considerando-se as interrupções maiores que ou iguais a três minutos.

FEC - exprime o número de interrupções que, em média, cada consumidor do conjunto considerado sofreu no período de observação, considerando-se as interrupções maiores que ou iguais a três minutos.

TMD - tempo médio de deslocamento (expresso em minutos).

TMA - tempo médio de atendimento (expresso em minutos).

Atendimento ao consumidor

O programa de recuperação e ampliação do sistema de distribuição no exercício de 2013 e mantido em plena atividade, atendendo totalmente a demanda de consumidores de todas as classes em nossa área de permissão.

Tecnologia da informação

Os negócios de uma permissionária de energia dependem substancialmente de soluções adequadas de tecnologia da informação, a qual dá suporte a praticamente tudo o que a permissionária faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2013, foram mantidos os sistemas operacionais com as atualizações necessárias.

Novos negócios

Os conhecimentos da permissionária determinam estratégias que permitam a redução de custos, aumentando sua capacidade de investimento e ofertar a seus associados consumidores alternativas de serviços.

No ambiente societário e de mercado em que a permissionária opera, é fundamental assegurar qualidade, como o atendimento pleno das necessidades dos associados consumidores, visto que sua natureza jurídica "sociedade cooperativa" faz com que seu quadro social seja formado pelos consumidores.

Participações:

Empresas	Investimento (em R\$ Mil)	Participação da permissionária (em %)	Negócio
SC - Geracoop	5	*	Investimentos
Fecoerusc	4	*	Associação
TOTAL	9	*	*

A participação não é caracterizada em percentagem visto que a lei 5.764/71 rege estas entidades associativas.

Desempenho Econômico Financeiro

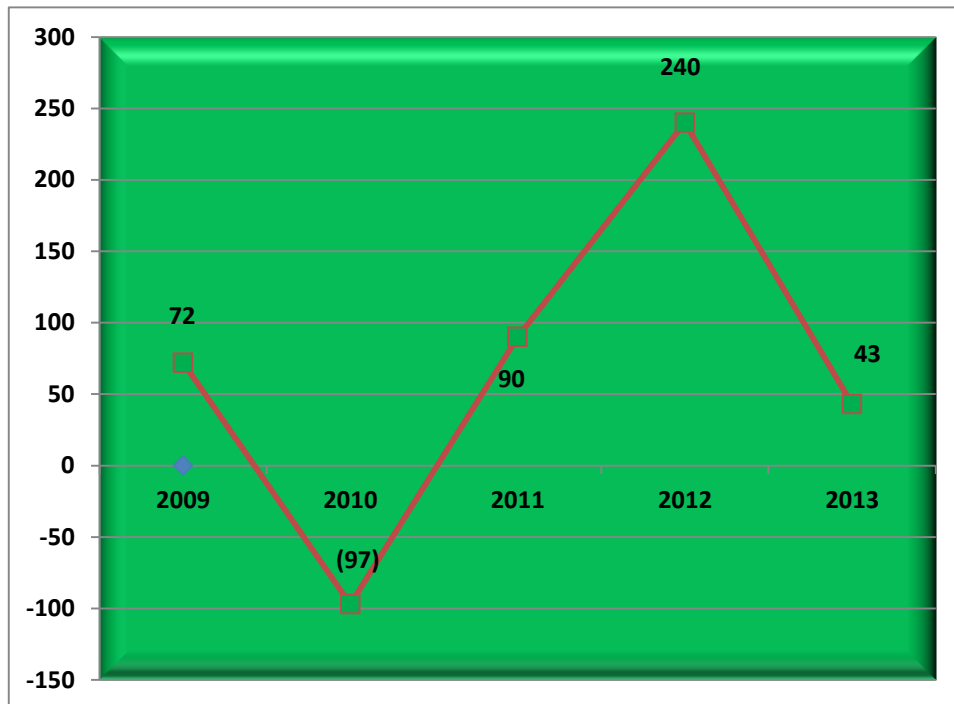


DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Sobras

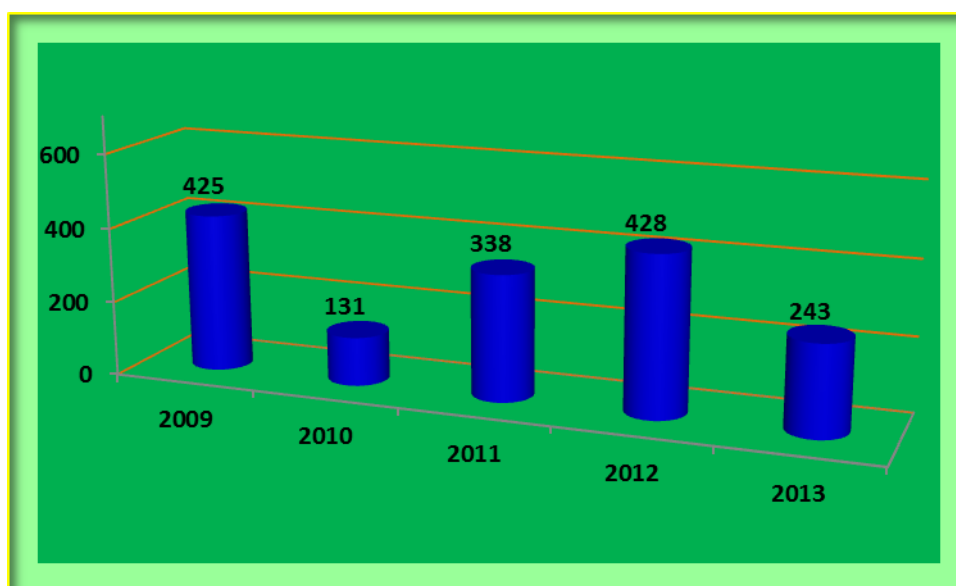
Em 2013 a sobra apurada no exercício e submetida à assembleia foi de R\$ 43 mil, contra R\$ 240 mil em 2012, registrando uma significativa redução justificada pela queda das tarifas de fornecimento.

As sobras dos últimos 05 (cinco) exercícios apresentam-se conforme evolução abaixo.



As despesas operacionais totalizaram em 2013, o montante de R\$ 1.940 mil, 1,73% superiores em relação a 2012.

O **EBITDA** ou **LAJIDA** sobra antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foram de R\$ 243 mil, inferior em 43,22% a 2012, que foi de R\$ 438 mil, conforme evolução abaixo:



Fonte: Departamento de contabilidade - COOPERMILA (2013).

Investimentos

No exercício os investimentos da Cooperativa, importaram em R\$ 109 mil, 30,94% inferiores em relação a 2011, conforme a seguir:

	Investimentos - R\$ mil		
	2013	2012	%
Obras de distribuição	109	346	(68,50)
Total	109	346	(68,50)

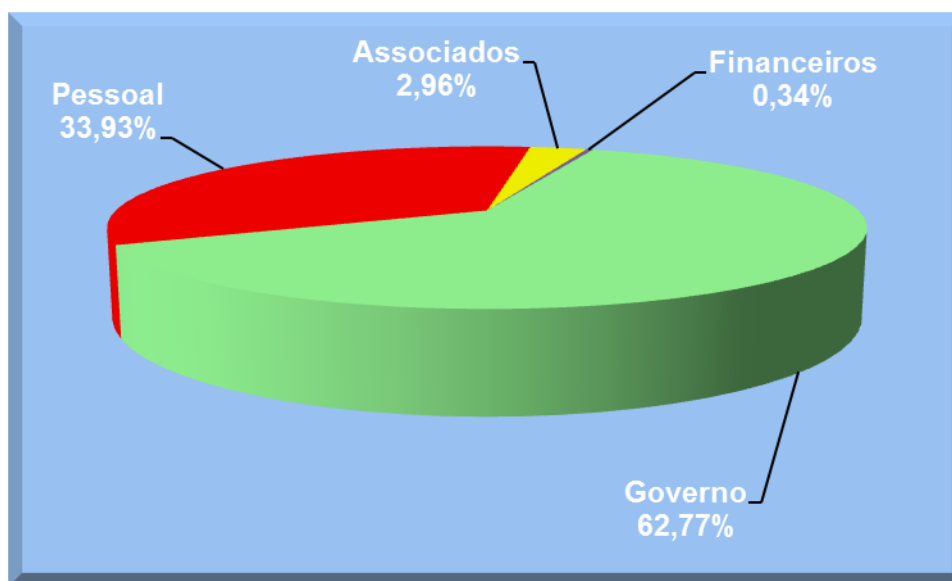
Captações de recursos

O programa de investimentos do ano, a permissionária captou um total de R\$ 109 mil em recursos oriundos da quota de reintegração e fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição.

Valor adicionado

Em 2013, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela permissionária foi de R\$ 1.453 mil, representando 34,84% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:

Distribuição do valor adicionado



Relação com Associados



RELAÇÃO COM ASSOCIADOS

Política de reinvestimento e distribuição de sobras

Estatutariamente é garantido aos associados à destinação das sobras líquida do exercício.

Composição das quotas de capital social

Número de associados	
Total de associados em dezembro de 2013	1.069
(+) Admitidos em 2013	58
(-) Demitidos em 2013	27
(-) Eliminados em 2013	0
(-) Excluídos em 2013	9
Total	1.091

O capital social da permissionária em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 254 Mil, composto por 253.663 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

	Legislação Societária	
	2013	2012
Capital subscrito	254	242
(-) Capital a realizar	9	10
Total	245	232

Comportamento do preço das quotas

De janeiro a dezembro de 2013, as quotas mantiveram os preços estabelecidos na reforma estatutária realizada no dia 25 de abril de 2009 estabeleceu em seu artigo 15º aumento ao capital mínimo a ser subscrito e integralizado por novos associados porém sem a correção prevista.

Atendendo a determinação da assembleia geral ordinária a quota parte mínima não esta sendo reajustada conforme a disposição estatutária.

Atendimento a associados

Como empresa transparente, moderna e aberta, a permissionária mantém a disposição dos seus associados consumidores, serviço de atendimento, instalado na sede social, sito a Rua vinte de janeiro, 418 – Lauro Müller – SC.

Os mesmos serviços estão disponíveis também pelos telefones: 0800-6437101 e 48-34643060, com atendimento 24 horas.

Gestão

GESTÃO

Planejamento empresarial

O planejamento que a permissionária executa é monitorando constantemente e para obtenção de êxito seu processo de adaptação às mudanças no setor elétrico são revistas periodicamente.

A permissionária define suas ações com base no planejamento estratégico por meio de cenários alternativos.

Essa decisão administrativa proporciona o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial da unidade criando um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais.

Tendências identificadas serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das unidades de negócios para os horizontes de curto e médio prazo.

A visão facilitada pelo planejamento possibilitou que a permissionária suportar as variações de mercado e tarifaria ocorrida no exercício.

Recursos humanos

A permissionária investiu R\$ 1mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, mantendo a oportunidade de desenvolvimento de suas habilidades e potenciais.

Como resultado da política de treinamento de seu quadro técnico funcional a permissionária teve pequeno aumento no número de colaboradores.

Responsabilidade social

A permissionária continua a priorizar seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

O detalhamento destas atividades e projetos está sendo apresentado em nosso balanço social.

Responsabilidade ambiental

A permissionária comprometida com o meio ambiente mantém o programa de construir redes minimizando os impactos ambientais.

Permissionária em números

Dados operacionais	2013	2012	%
Linhas de distribuição (km)	248,32	249,64	(0,52)
Capacidade instalada (MVA)	10,26	10,00	8,70

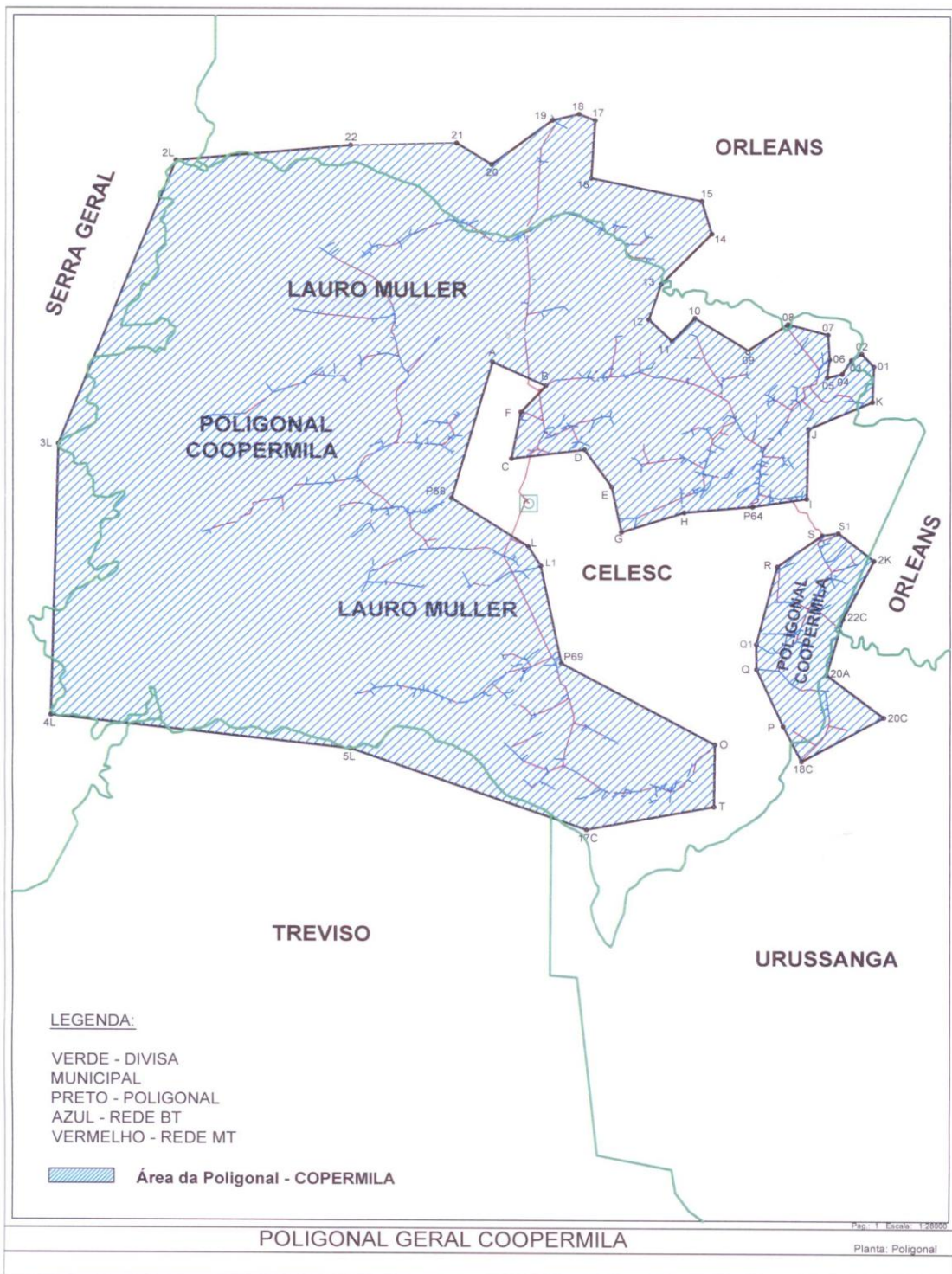
Atendimento	2013	2012	%
Número de consumidores	1.061	1.024	6,00
Número de empregados	12	12	20,00
Número de consumidores por empregado	88	85	(12,03)
Número de postos de atendimento	01	01	0,00

Indicadores de desempenho	2013	2012	%
Salário médio dos funcionários em R\$ (mil)	2,86	2,28	25,22
Energia comprada por funcionário em MWh	1.070,17	979,54	9,25
Energia comprada por consumidor em MWh	12,10	11,48	5,40

Mercado	2013	2012	%
Área de permissão (Km ²)	223,26	223,26	-
Demanda máxima (MW)	2.916	2.634	10,71
Distribuição direta (MWh)	11.942	11.276	5,91
Consumo rural médio (MWh/ano)	5,73	5,52	3,80
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	221,17	256,93	(13,92)
Total (exceto curto prazo)			
Residencial	298,66	353,94	(15,62)
Industrial	238,97	281,24	(15,03)
Comercial	308,32	350,47	(12,03)
Rural	193,05	219,73	(12,14)
Poderes públicos	307,22	350,47	(12,34)
Iluminação pública	172,65	198,22	(12,90)
Serviços públicos	270,54	297,97	(9,21)
DEC (horas) – Conjunto – Lauro Müller	26,40	22,19	18,97
FEC (nº de interrupções) Conjunto – Lauro Müller	15,79	18,63	(15,24)
População atendida – Rural (em milhares)	3,3	3,1	6,45
Número de reclamações para 1.061 consumidores	228	331	(31,12)

Dados financeiros	2013	2012	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	4.310	4.491	(4,03)
Receita operacional líquida (R\$ mil)	3.373	3.293	3,21
Margem operacional do serviço líquida (%)	1,01	7,29	(86,15)
EBITDA ou LAJIDA	243	438	(44,52)
Sobras líquidas (R\$ mil)	43	240	(82,08)
Sobras líquidas por lote de 1000 quotas (R\$ mil)	0,18	0,99	147,50
Patrimônio líquido (R\$ mil)	5.365	5.144	4,30
Valor patrimonial do lote de mil quotas (R\$ mil)	1	1	0,00
Rentabilidade do patrimônio líquido	0,80	4,46	(82,03)
Endividamento do patrimônio líquido	18,71	19,76	(5,29)

Área de permissão



DESEMPENHO COMERCIAL



DESEMPENHO COMERCIAL

Serviços executados

Redes de distribuição	Redes novas	
	Alta tensão	Baixa tensão
Área de atuação	5,67	4,44

Subestações

Municípios	Transformadores	
	Implantados	Substituídos
Área de atuação	11	31

Alimentadores

As atividades planejadas que permite atender todas as normas de controle de qualidade a escolha visando a melhor alternativa de expansão, melhoria e confiabilidade do sistema de distribuição de energia elétrica e no atendimento dos consumidores foram realizadas ao longo do exercício.

Os serviços de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de distribuição foram executados com equipes especializadas, própria e eventualmente de terceiros melhorando os índices de qualidade no sistema de distribuição de energia elétrica.

Troca de medições

No período foram executados 110 serviços de troca de medição sem que os custos de mão de obra fossem repassados ao associado.

Vistorias

O serviço de vistorias e troca de medições nas unidades consumidoras é uma constante o que reduz as perdas elétricas do sistema de distribuição.

O setor comercial priorizou a normalização dos padrões de medição de energia elétrica, com a utilização de medição eletrônica nas indústrias foram ações que permitem maior segurança e uma melhor análise dos dados dos consumidores.

Iluminações públicas

A manutenção a iluminação pública sem ônus aos consumidores e associados inclusive não medindo esforços para ampliar o atendimento deste serviço com uma iluminação condizente registrando 189 atendimentos anuais.

Plantão

A central de operação de distribuição atendeu a 223 chamadas nas diversas localidades atendidas resultando as várias ocorrências, em serviços de correção no sistema de distribuição e também orientação do consumidor nos procedimentos corretos para o uso da energia elétrica.

Balço energético - Janeiro a dezembro/2013.

A Coopermila permissionária adquiriu da supridora Celesc Distribuição S/A o total de 12.842 MWh/ano incluídos os montantes da energia do PROINFA (Programa de incentivo as fontes alternativas de energia elétrica) e distribuiu o equivalente a 11.942 MWh /ano com um percentual de perdas de 7,01 %.

Várias obras foram executadas no sistema de distribuição de energia elétrica, para dar maior segurança e confiabilidade ao sistema, garantindo uma melhor qualidade na energia distribuída.

Os índices de qualidade estabelecidos foram ajustados de forma a apresentar a realidade das interrupções de fornecimento.

A continuidade do serviço de manutenção preventiva e corretiva tem evitado e reduzido desligamentos sucessivos.

Plano de Atividades

PLANO DE ATIVIDADES – 2014

Distribuição

Redes

Instalação de religador na tomada de energia (medição na localidade de Rocinha) visando à melhoria da qualidade e confiabilidade ao sistema de distribuição.

Manutenção do plano de deslocamento de redes e ramais para as margens das rodovias e estradas municipais.

Manter as ampliações necessárias ao sistema de distribuição para atender plenamente o aumento de demanda sendo que a área de atuação da permissão possui serviço universalizado.

Realização de obras nas localidades de Santa Rosa, Palermo, Rocinha, Rio Capivaras Alto, Rio Amaral I e Novo Horizonte de forma a atender as necessidades locais.

Continuidade ao incentivo do uso racional energia elétrica em nossa área de atuação garantindo qualidade no sistema de distribuição de energia elétrica.

Transformadores

Aquisição de novos transformadores para implantação nos pontos críticos em que a tensão de fornecimento não atende as normas de qualidade no fornecimento aos associados.

Equipamentos

Aquisição de veículo novo para ser utilizado no serviço de manutenção de redes.

Comercialização

Melhorar controles para monitorar o atendimento de forma a melhorar as metas de desempenho comercial.

Administração

Revisão do quadro social visando o cumprimento ao disposto no estatuto social.

Aquisição de novos computadores para agilizar a informação.

Estabelecer controle para uso por associados ou terceiros das instalações da Cooperativa.

Manter e ampliar os programas sociais.

Considerações



AUDITORES INDEPENDENTES

A Audiconsult Auditores S/S – São José – SC prestou os serviços de auditoria externa relativa às demonstrações financeiras do exercício de 2013.

34

AGRADECIMENTOS

Ao conselho de administração e conselho fiscal, que se mantiveram unidos nas decisões das questões de interesse da **Coopermila**.

Ao quadro funcional, que com empenho e dedicação conseguiu executar todas as atividades inerentes ao bom desempenho da permissão.

A outros que indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da permissionária são seguramente a garantia do objetivo alcançado.

A o associado consumidor que participou intensamente de todas as atividades da permissionária expressando confiança e na árdua luta de consolidação do ideal cooperativo.

Lauro Müller - SC, 10 de Janeiro de 2014.

Alcimar Damiani de Brida
Presidente

Genivaldo da Silva
Secretário

Demosntações Contábeis Societárias

BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2013	2012
ATIVO			
Circulante		1.043	1.252
Caixa e equivalentes de caixa	5	15	7
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado	6	193	207
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	324	566
Rendas a receber	8	31	31
Devedores diversos	9	159	22
Tributos a compensar	10	25	179
Estoque	11	213	215
Outros créditos	12	81	24
Despesas pagas antecipadamente	13	2	1
Não Circulante		5.326	5.196
Realizável a longo prazo		1.992	1.865
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	441	456
Outros créditos	12	9	18
Tributos a compensar	10	13	18
Titulos e valores mobiliários	14	-	10
Ativos financeiros da permissão	15	675	509
Bens destinados a alienação	16	854	854
Investimentos	17	9	9
Imobilizado	18	1.759	1.816
Intangível	19	1.566	1.506
TOTAL DO ATIVO		6.369	6.448

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Alcimar Damiani de Brida
 Presidente
 CPF 506.468.349-91

Ricardo Mazon Benedet
 Contador
 CRC/SC 029981/O-3

BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2013	2012
PASSIVO			
Circulante		624	674
Fornecedores e outras contas a pagar	20	85	81
Folha de pagamento	21	5	2
Encargos de dívidas	22	1	2
Empréstimos e financiamentos	23	22	22
Encargos do consumidor a recolher	24	38	58
Tributos e contribuições sociais a pagar	25	81	89
Credores diversos	26	17	253
Obrigações estimadas	27	32	22
Concessionárias de energia elétrica	28	290	145
Provisões para contingências	29	53	-
Não Circulante		380	390
Encargos de dívidas	22	-	1
Empréstimos e financiamentos	23	-	21
Provisões para contingências	29	364	364
Obrigações especiais	30	16	4
TOTAL DO PASSIVO		1.004	1.064
Patrimônio líquido	31	5.365	5.384
Capital social	31.1	245	232
Ajustes de avaliação patrimonial	31.2	2.011	2.017
Reservas de sobras	31.3	3.065	3.039
Fundo de assistência técnica educacional e social	31.3	31	24
Sobras a disposição da AGO	31.4	13	72
TOTAL DO PATRIMÔNIO		5.365	5.384
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.369	6.448

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Alcimar Damiani de Brida
 Presidente
 CPF 506.468.349-91

Ricardo Mazon Benedet
 Contador
 CRC/SC 029981/O-3

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2013	2012
Receita operacional	33	4.310	4.466
Fornecimento de energia elétrica		1.648	1.758
Uso do sistema de distribuição		2.000	2.006
Receita de construção		486	588
Compartilhamento de infraestrutura		13	11
Outras receitas operacionais		163	103
(-) Deduções da receita operacional	34	937	1.198
ICMS		788	868
Encargos do consumidor		149	330
(=) Receita operacional líquida		3.373	3.268
(-) Custo do serviço de energia elétrica	35	3.390	3.091
Energia elétrica comprada para revenda		1083	991
Encargo de uso do sistema de distribuição		359	186
Taxa de fiscalização		8	7
Custo de operação	36	1.940	1.907
Pessoal		471	400
Administradores		132	108
Material		196	171
Serviços de terceiros		204	217
Tributos		14	12
Seguros		5	8
Depreciação e amortização		100	97
Amortização		109	96
Custo de construção		486	588
Outros		223	210
(=) Sobra bruta		(17)	177
(+/-) Receita (despesa) financeira	37	51	49
(=) Resultado operacional		34	226
Resultado não operacional	38	9	14
(-) Contribuição social	39	-	-
(-) Imposto de renda	39	-	-
(=) Sobras do exercício		43	240

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Alcimar Damiani de Bida
Presidente
CPF 506.468.349-91

Ricardo Mazon Benedet
Contador
CRC/SC 029981/O-3

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ASSOCIADOS E NÃO ASSOCIADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária		
	Associados	N/associados	Consolidado
Receita operacional	4.310		4.310
Fornecimento de energia elétrica	1.648	-	1.648
Uso do sistema de distribuição	2.000	-	2.000
Receita de construção	486	-	486
Compartilhamento de infraestrutura	13	-	13
Outras receitas operacionais	163	-	163
(-) Deduções da receita operacional	937	-	937
ICMS	788	-	788
Encargos do consumidor	149	-	149
(=) Receita operacional líquida	3.373	-	3.373
(-) Custo do serviço de energia elétrica	3.390	-	3.390
Energia elétrica comprada para revenda	1.083	-	1.083
Encargo de uso do sistema de distribuição	359	-	359
Taxa de fiscalização	8	-	8
Custo de operação	1.940	-	1.940
Pessoal e administradores	603	-	603
Material	196	-	196
Serviços de terceiros	204	-	204
Depreciação e amortização	209	-	209
Custo de construção	486	-	486
Outros	242	-	242
(=) Sobra operacional bruta	(17)	-	(17)
(+/-) Receita (despesa) financeira	51	-	51
(+) Resultado não operacional	9	-	9
(=) Sobras antes da IRPJ/CSLL	43	-	43
(-) Contribuição social	-	-	-
(-) Imposto de renda	-	-	-
(=) Sobras líquidas do exercício	43	-	43

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

 Alcimar Damiani de Bida
 Presidente
 CPF 506.468.349-91

 Ricardo Mazon Benedet
 Contador
 CRC/SC 029981/O-3

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO ABRANGENTE E DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTARIAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2013	2012
SOBRA/PERDA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	43	240
(+/-) Resultados abrangentes	-	-
Reversão reserva de reavaliação NBC TG 27	-	-
Reversão reserva do FATES NBC T 10.8 - IT 01	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	43	240
RESULTADO COM TERCEIROS	-	-
Resultado líquido do exercício (Operações com não associados)	-	-
BASE PARA DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS	43	240
Fundo de reserva - Art. 47, inc. I - 10%	4	24
FATES - Art. 47, inc. II - 10%	4	24
Fundo exp. manut. sistema distribuição - Art. 47, inc. III - 50%	22	120
FATES - Operações com terceiros	-	-
(=) RESULTADO/SOBRA ABRANGENTE ATRIBUÍVEL	13	72

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Alcimar Damiani de Brida
 Presidente
 CPF 506.468.349-91

Ricardo Mazon Benedet
 Contador
 CRC/SC 029981/O-3

DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação societária						Total
	Capital social	Ajustes de avaliações patrimoniais	Reservas de sobras			Saldo a disposição da AGO	
			Reserva legal	FEMSD	FATES		
Saldos em 31 de dezembro de 2011	219	2.019	1.454	1.441	19	27	5.179
Capital social							
Integralização de quotas	21	-	-	-	-	-	21
Capital a integralizar	(8)	-	-	-	-	-	(8)
Integralização de reservas/fundos	-	-	-	-	-	(27)	-
Devolução de capital	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas/fundos	-	(2)	-	-	(46)	-	(48)
Resultado do exercício (Ativ. com associados)	-	-	-	-	-	240	240
Resultado do exercício (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	-
Fates - Art. 87 da Lei 5.764/71 (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	-
Destinações estatutárias:							
Fundo de reserva	-	-	24	-	-	(24)	-
Fates	-	-	-	-	51	(24)	-
Fundo expansão manutenção sistema distribuição	-	-	-	120	-	(120)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	232	2.017	1.478	1.561	24	72	5.384
Capital social							
Integralização de quotas	16	-	-	-	-	-	16
Capital a integralizar	(3)	-	-	-	-	-	(3)
Devolução de capital	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de reservas/fundos	-	-	-	-	-	(72)	(72)
Realização de reservas/fundos	-	(6)	-	-	(69)	-	(75)
Resultado do exercício (Ativ. com associados)	-	-	-	-	-	43	43
Resultado do exercício (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	-
Fates - Art. 87 da Lei 5.764/71 (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	-
Destinações estatutárias:							
Fundo de reserva	-	-	4	-	-	(4)	-
Fates	-	-	-	-	76	(4)	72
Fundo expansão manutenção sistema distribuição	-	-	-	22	-	(22)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	245	2.011	1.482	1.583	31	13	5.365

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

 Alcimar Damiani de Brida
 Presidente
 CPF 506.468.349-91

 Ricardo Mazon Benedet
 Contador
 CRC/SC 029981/O-3

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2013	2012
Atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	43	240
Ajustes a sobra líquida	9	13
Resultado não operacional	9	13
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:	209	188
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(5)
Depreciação e amortização	209	193
Resultado ajustado do exercício	261	441
Redução (aumento) no ativo circulante	(203)	(411)
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(242)	(212)
Rendas a receber	-	3
Devedores diversos	137	8
Tributos a compensar	(154)	(151)
Estoque	(2)	(61)
outros creditos	57	4
Títulos de créditos a receber	-	-
Despesas do exercício seguinte	1	3
Provisão para devedores duvidosos	-	(5)
Aumento(redução) no passivo circulante	57	308
Fornecedores	4	26
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	3	(2)
Encargos de dividas	(1)	(2)
Empréstimos e financiamentos	-	11
Encargos do consumidor a recolher	(20)	4
Tributos e contribuições sociais	(8)	9
Credores diversos	9	245
Obrigações estimadas	3	3
Concessionárias de energia elétrica	14	14
Provisões para contingências	53	-
Redução (aumento) no ativo não circulante	(179)	(481)
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(15)	-
Tributos a compensar	3	(2)
Títulos e valores mobiliarios	(10)	33
Ativo reversível da permissão	(166)	(509)
Outros creditos	9	(3)
Aumento(redução) no passivo não circulante	(10)	(29)
Encargos de dividas	(1)	(2)
Empréstimos e financiamentos	(21)	(31)
Obrigações especiais	12	4
Caixa oriundo das atividades operacionais	(74)	(172)
Atividades de investimento		
Aplicações no imobilizado	(57)	(65)
Aplicações no intangível	60	(15)
Total das atividades de Investimento	3	(80)

Continua...

Continuação...

Atividades de financiamento

Aumento de capital pelos sócios	13	13
Reserva de ajustes patrimoniais	(5)	(2)
Utilização reserva fates	(69)	(46)
Aumento nas reservas	126	165
Total das atividades de Financiamento	65	130
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	(6)	(122)
Saldo inicial de caixa	214	336
Saldo final de caixa	208	214
Varição no caixa e equivalentes de caixa	(6)	(122)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Alcimar Damiani de Brida
Presidente
 CPF 506.468.349-91

Ricardo Mazon Benedet
Contador
 CRC/SC-029981/O-3

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2013	2012
Receitas	4.170	4.150
Venda de energia e serviços	1.648	1.758
Uso do sistema de distribuição	2.000	2.006
Compartilhamento de infraestrutura	13	11
Outras receitas	163	103
Receita de construção	486	588
Resultado não operacional	9	14
Encargos setoriais	(149)	(330)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-
(-) Insumos adquiridos de terceiros	2.559	2.370
Insumos consumidos	1.936	1.772
Serviços de terceiros	204	217
Materiais	196	171
Outros	223	210
(=) Valor adicionado bruto	1.611	1.780
(-) Quotas de reintegração	209	193
Depreciação, amortização e exaustão	209	193
(=) Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.402	1.587
(+) Valor adicionado recebido em transferência	51	49
Receitas financeiras	51	49
(=) Valor adicionado total a distribuir	1.453	1.636
Distribuição do valor adicionado	1.453	1.636
Pessoal	493	398
Remuneração direta	424	356
Auxílio alimentação	19	11
Assistência médica/Plano de saúde	11	12
Encargos sociais exceto INSS	34	10
Outros	5	9
Governo	912	993
Federais	113	112
INSS (Folha de pagamento)	112	111
Outros	1	1

Continua...

Continuação...

Estaduais	794	875
ICMS	788	868
IPVA	5	5
Outros	1	2
Municipais	5	6
IPTU	1	2
Alvará	4	3
Outros	-	1
Remuneração de capital de terceiros	5	5
Outras despesas financeiras	5	5
Remuneração de capitais próprios	43	240
Sobras do exercício	43	240
Valor adicionado (médio) por empregado	121	136

45

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Alcimar Damiani de Brida
 Presidente
 CPF 506.468.349-91

Ricardo Mazon Bendet
 Contador
 CRC/SC-029981/O-3

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A permissionária é uma sociedade cooperativa, constituída na forma da lei nº 5.764/71, de capital aberto, controlada pelos associados, com atividade de distribuição de energia elétrica, atividade regulamentada pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

O quadro social é de 1.091 associados sendo que estes possuem 1.056 unidades consumidoras e 05 consumidores não associados (informações examinadas pelos auditores) e pela nova regulamentação do setor elétrico, estamos disponíveis para atender consumidores livres no Estado de Santa Catarina.

2 – DA PERMISSÃO

A Cooperativa de Eletricidade Lauro Müller - Coopermila – detém a permissão por prazo determinado de 20 anos, válida até 28 de novembro de 2028, conforme contrato nº 017/2008, para a distribuição de energia elétrica no município de Lauro Müller com poligonais envolventes nos municípios de Orleans e Urussanga.

3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 5.764/71, que rege as atividades cooperativas no Brasil Resolução do CFC nº 1255/09 NBC TG 1000 que estabelece as normas para apresentação das demonstrações financeiras das pequenas e médias empresas, disposições regulatórias e os princípios fundamentais da contabilidade.

Também cumpriu as disposições do manual de contabilidade do serviço público de energia elétrica, Resolução ANEEL nº 396/10 conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), e estatuto social.

Adoção das normas brasileiras de contabilidade através da interpretação técnica NBC T 10.8 – IT 01, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e instruções contidas no Despacho nº 4.413 de 27 de dezembro de 2013 da SFF/ANEEL.

- ❖ Adoção do modelo de apresentação da PAC - Prestação Anual de Contas;
- ❖ Adequação das naturezas de gastos e centros de custos;
- ❖ Configuração dos detalhes conforme preenchimento da RIT - Relatório de Informações Trimestrais;
- ❖ Contabilização da mão de obra para as ordens em curso;
- ❖ Contabilização da renda não faturada;
- ❖ Contabilização do rateio da administração central para atividades;

Em atendimento ao previsto na Resolução CFC nº 1.292/10, que aprovou a NBC TG 01(R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração avalia e entende que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da depreciação ou de custos previstos na empresa de referência, e que ao final da permissão os bens remanescentes serão indenizados. Sendo assim, o entendimento da COOPERMILA é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

A Cooperativa de Eletricidade Lauro Müller - Coopermila apresenta no encerramento do exercício de 2013 as demonstrações contábeis societárias e regulatórias com valores expressos em milhares de reais, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) resolução ANEEL nº. 444 de 26 de outubro de 2001 e resolução ANEEL nº 396/2010 de 26 de fevereiro de 2010.

4 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As praticas contábeis abaixo descritas foram aplicadas as informações societárias e regulatórias quando pertinentes e individuais se necessário conforme decisão do conselho de administração emanada da reunião realizada em 08 de fevereiro de 2013 e referenciada pela assembleia geral ordinária realizada em 23 de março de 2014.

- **Caixa e equivalentes de caixas**

Estão registradas ao valor de mercado, expressas pelo saldo de caixa, depósitos em bancos, certificado de depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo.

➤ **Consumidores**

Compreende o fornecimento de energia faturada e não faturada a consumidores finais, conforme montantes determinados em contrato até 31 de dezembro de 2013, contabilizado com base no regime de competência.

➤ **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação às contas a receber de consumidores, a mesma é constituída conforme determina o MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (item nº 6.3.2). Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

Os parcelamentos de débitos estão reconhecidos em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

➤ **Ajuste a valor presente**

O ajuste a valor presente previsto na NBC TG 12, aprovada pela resolução 1.151/09 do Conselho Federal de Contabilidade, não foi calculado sobre parcelamentos de energia elétrica, sendo que, para se trazer a valor presente foi aplicada a taxa de desconto equivalente aos encargos futuros embutidos, variável conforme a situação.

➤ **Estoque (inclusive do ativo imobilizado)**

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição.

➤ **Investimentos**

As participações societárias permanentes em controladas e coligadas estão registradas pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perda quando aplicável.

➤ **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina o MCPSE (Manual de Controle Patrimonial do Setor elétrico) instituído pela resolução normativa ANEEL nº 367 de 02 de julho de 2009.

➤ **Intangível**

Direitos sobre objetos incorpóreos destinados a manutenção da entidade, ou obtidos com esta finalidade e estão registrados pelo custo de aquisição, sem a constituição de provisão para perda.

A amortização do intangível é calculada através das taxas de depreciação tomando se como base os saldos contábeis registrados.

A baixa de um ativo intangível é efetivada através de alienação ou quando não existem benefícios econômicos futuro resultante do uso ou da alienação. Os resultados da baixa de um ativo intangível são reconhecidos no resultado do exercício quando o ativo é baixado.

➤ **Atualização de direitos e obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

➤ **Estimativas**

As estimativas são anualmente revisadas quando da preparação de demonstrações financeiras na conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração se baseia em julgamentos para determinação e o registro de estimativas que afetem seus ativos, passivos, receitas e despesas e os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes não afetem substancialmente o resultado.

➤ **Imposto de renda e contribuição social**

Calculados e registrados quando devidos conforme legislação vigente nas datas dos balanços.

Inclusa no regime tributário de apuração do lucro real, não tributou operações com associados, isentos na forma determinada pela Lei nº 5.764/91.

➤ **Empréstimos e financiamentos**

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais e acrescidas dos respectivos encargos, quando classificados como passivos financeiros amortizados pelo custo e registrados ao respectivo valor de mercado, quando classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

➤ **Provisão para contingências**

As provisões para contingências conhecidas nas datas dos balanços são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável, na opinião da administração e de seus assessores legais.

Estão sendo apresentadas nesta rubrica as provisões para contingências liquidas dos depósitos e/ou bloqueios judiciais e elas relacionadas.

➤ **Reconhecimento das receitas**

Todas as receitas de operação, uso e serviço praticadas pela COOPERMILA, são reconhecidas no momento da emissão da nota fiscal/fatura de energia elétrica por satisfazerem os requisitos exigidos na NBC TG 30, aprovada pela Resolução 1.412/12 do Conselho Federal de Contabilidade.

➤ **Receita não faturada**

Corresponde a receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e a receita de utilização de rede de distribuição não faturada, calculadas em base estimada, referente ao período após a medição mensal e o último dia do mês.

➤ **Receita de construção e custo de construção**

O ICPC 01 (R1) estabelece que o permissionário de distribuição de energia elétrica deva registrar e mensurar os serviços prestados de acordo com os CPCs 17 (R1) "Contratos de Construção" e CPC 30 (R1) – Receitas, mesmo quando regidos por um único contrato de permissão. A permissionária contabiliza receitas de construção de infraestrutura de distribuição utilizada na prestação de serviços.

Os custos são reconhecidos na demonstração de resultado do exercício como custo de construção.

➤ **Apuração do resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Existe consumidor que representa 10% ou mais do total do faturamento. Os créditos sobre custos e despesas operacionais, compensados a apuração do PIS e COFINS, quando da incidência são apresentados líquidos, nas respectivas contas de custos e despesas.

➤ **Sobra líquida**

A sobra ou perda que ocorrer será colocada a disposição dos associados, obedecendo ao disposto na lei nº 5.764/71 e estatuto social.

5 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Contas bancárias a vista	Societária	
	2013	2012
Caixa	1	-
Bancos	11	4
Numerário em transito	3	3
Total	15	7

6 – ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

Aplicações financeiras				Societária	
Instituição Financeira	Aplicação	Vencimento	Remuneração	2013	2012
Banco do Brasil S/A	F. Inv.	Diário	0,54 am	13	28
Banco do Brasil S/A	F. Inv.	Diário	0,38 am	10	-
Bradesco S/A	F. Inv.	Diário	0,56 am	12	57
Caixa E. Federal	F. Inv.	Diário	0,51 am	139	122
Cresol	Poupança	Mensal	0,65 am	12	-
Caixa E. Federal	Poupança	Mensal	0,54 am	7	-
Total				193	207

7 – CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIOS E PERMISSONÁRIOS

Todos os consumidores foram faturados e tem saldo de consumo de pelo menos dois dias referente ao disposto no calendário mensal de leitura.

Geral	Societária	
	2013	2012
Faturados	765	1.022
Total	765	1.022

7.1 - Composição das contas a receber

Geral	Societária	
	2013	2012
Circulante	324	566
Não Circulante	441	456
Total	765	1.022

7.1.1 Circulante

Consumidor	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Societária			
					Provisão para devedores duvidosos		Saldo	
					2013	2012	2013	2012
Residencial	7	1	-	8	-	-	8	7
Industrial	167	-	-	167	-	-	167	376
Comércio outras atividades	2	-	-	2	-	-	2	2
Rural	115	24	-	139	-	-	139	161
Poderes públicos	1	-	-	1	-	-	1	1
Iluminação pública	2	2	-	4	-	-	4	6
Serviços públicos	-	-	-	1	-	-	-	1
Subtotal - Consumidores	294	27	-	321	-	-	321	554
Renda não faturada	3	-	-	3	-	-	3	12
Serviço taxado	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos tarifários	-	-	-	-	-	-	-	-
Parcelamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	297	27	-	324	-	-	324	566

- Na composição acima estão incluídos os encargos de capacidade emergencial de cada classe consumidora.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – Resolução ANEEL nº. 444, de 26/10/2001, item 6.3.2 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

7.1.2 Não circulante

Consumidor	Societária	
	2013	2012
Parcelamentos (recuperação judicial)	441	456
Total	441	456

8 – RENDAS A RECEBER

Créditos	Societária	
	2013	2012
Multas por atraso	1	2
Parcelamento de energia	30	29
Total	31	31

9 – DEVEDORES DIVERSOS

Devedores	Societária	
	2013	2012
Empregados	-	2
Adiantamentos a fornecedores	13	20
Outros débitos de consumidores	7	-
Repasse Eletrobras	139	-
Total	159	22

10 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

Circulante	Societária	
	2013	2012
ICMS	10	165
IRRF	15	14
Total	25	179

Não circulante	Societária	
	2013	2012
ICMS	13	18
Total	13	18

11 – ESTOQUE

Estoque	Societária	
	2013	2012
Almoxarifado	213	215
Total	213	215

12 – OUTROS CREDITOS

Circulante	Societária	
	2013	2012
Outros parcelamentos	2	4
Serviço de iluminação pública	-	3
Serviços prestados a terceiros	79	17
Total	81	24

Não circulante	Societária	
	2013	2012
Associados	3	3
Outros parcelamentos	-	9
Multa por atraso pagamento energia	6	6
Total	9	18

13 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Societária	
	2013	2012
Seguros	2	1
Total	2	1

14 – TÍTULOS E VALORES MOBILIARIOS

				Societária	
Aplicações Financeiras				2013	2012
Instituição Financeira	Aplicação	Vencimento	Remuneração	2013	2012
BB - Ourocap	Capitalização	36 meses	0,5 am	-	10
Total				-	10

15 – ATIVOS FINANCEIROS DA PERMISSÃO

	Societária	
	2013	2012
Ativo reversível	675	509
Total	675	509

16 – BENS DESTINADOS A ALIENAÇÃO

	Societária	
	2013	2012
Terrenos	754	754
Terrenos	114	114
AVP. – NBC TG 28	640	640
Edificações, obras civis e benfeitorias	100	100
Edificações, obras civis e benfeitorias	63	63
AVP. – NBC TG 28	37	37
Total	854	854

17 – INVESTIMENTOS

Controladas	Societária	
	2013	2012
Coligadas		
Fecoerusc Ltda.	4	4
Controladas		
SC-Geracoop	5	5
Total	9	9

Os investimentos estão consolidados em informações dos órgãos e garantidos em cláusulas estatutárias.

18 – IMOBILIZADO

Em serviço	Custo	Depreciação acumulada	Obrigações especiais vinculadas	2013	2012
				Valor líquido	Valor líquido
Distribuição	424	333	-	91	142
Maquinas e equipamentos	-	-	-	-	-
Veículos	424	333	-	91	142
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-
Comercialização	73	21	-	52	33
Maquinas e equipamentos	42	19	-	23	27
Móveis e Utensílios	2	-	-	2	2
Veículos	29	2	-	27	4
Administração	1.766	150	-	1.641	1.641
Terrenos	550	-	-	550	550
Edificações, obras civis e	1.050	93	-	980	980
Maquinas e equipamentos	59	24	-	32	32
Móveis e Utensílios	107	33	-	79	79
Total	2.263	504	-	1.759	1.816
Em curso	-	-	16	-	-
Distribuição	-	-	16	-	-
Total AIS	2.263	504	16	1.743	1.812

As principais taxas anuais de depreciação por macro-atividade, de acordo com a Portaria Aneel nº 815 de 30/11/1994 e Resolução Aneel nº 44 de 1.999 e atualizada pela Resolução Aneel nº. 474/2012 são as seguintes:

Distribuição	Taxas anuais de depreciação (%)
Banco de capacitores – tensão < 69 kV	6,67
Chave de distribuição - tensão < 69kV	6,67
Condutor do sistema - tensão < 69kV	3,57
Estrutura do sistema - tensão < 69kV	3,57
Medidor	4,00
Regulador de tensão	4,35
Religador	4,00
Transformador de distribuição	4,00
Edificação	3,33
Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

Administração	Taxas anuais de depreciação (%)
Edificação	3,33
Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

Comercialização	Taxas anuais de depreciação (%)
Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

De acordo com os artigos 63 e 64 do decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na permissão.

18.1 - Obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica.

As obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a retornos ao doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da permissão.

18.2 - ITG10 - Custo atribuído

O conselho de administração entende que as normas regulatórias estabelecidas pelo poder concedente ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica representam satisfatoriamente as estimativas e taxas de depreciação.

As taxas de depreciação são determinadas a partir de estudos periódicos, utilizando ainda a contribuição das empresas, a estimativa de vida útil dos ativos do setor elétrico, portanto, de conformidade com a NBC TG 27 (R1), aprovada pela resolução 1.177/09 do CFC alterada pela resolução nº 1329/2012.

18.3 - ITG 01 - Contratos de concessão/permissão

O Conselho de administração determinou a aplicação das disposições emanadas desta norma (ITG 01) resolução 1.261/2009 alterada pela resolução nº 1329/2011 no balanço societário do exercício 2013.

18.4 Redução ao valor recuperável - Impairment

O conselho de administração observando o disposto na resolução normativa nº 367/2009, alterada pela resolução nº 1329/2011 que instituiu o MCPSE - Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, resolve não promover *impairment* dos bens constantes do ativo imobilizado conforme NBC TG 01(R1) aprovada pela Resolução 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade alterada pela resolução nº 1329/2012.

A recuperabilidade dos ativos esta garantida no contrato de permissão quando do rompimento ou encerramento deste.

19 – INTANGÍVEL

Em serviço	Custo	Amortização acumulada	2013	2012
			Valor Líquido	Valor Líquido
Distribuição	2.197	678	1.519	1.459
Maquinas e equipamentos	2.197	678	1.519	1.459
Comercialização	53	29	29	24
Licença de uso	53	29	29	24
Administração	52	29	29	23
Licença de uso	52	29	29	23
Total	2.302	736	1.566	1.506

20 – FORNECEDORES

	Societária	
	2013	2012
Materiais e serviços	85	81
Total	85	81

21 – FOLHA DE PAGAMENTO

	Societária	
	2013	2012
Empregados	-	-
Contribuição social	5	2
Total	5	2

22 – ENCARGOS DE DÍVIDAS

Circulante	Societária	
	2013	2012
Juros s/financiamentos	1	2
Total	1	2

Não circulante	Societária	
	2012	2012
Juros s/financiamentos	-	1
Total	-	1

23 - EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

Circulante	Societária	
	2013	2012
Bradesco S/A	22	22
Total	22	22

Não circulante	Societária	
	2013	2012
Bradesco S/A	-	21
Total	-	21

Instituição bancária	Modalidade	Contrato	Vencimento	Taxa anual	Circulante	Não Circulante
Bradesco S/A	Financiamento de bens	0742318-7	15/12/2014	7%	22	-
Total					22	-

24 – ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER

	Societária	
	2013	2012
CCC – Conta de consumo de combustível	-	7
CDE – Conta de desenvolvimento energético	3	9
RGR – Reserva global de reversão	-	-
Encargos Ex-Isolados	-	2
P&D – Pesquisa e desenvolvimento	14	12
PEE – Programa de eficiência energética	21	28
Total	38	58

25 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Societária	
	2013	2012
ICMS	66	72
INSS	10	12
FGTS	4	4
PIS	1	1
IRRF	-	-
Total	81	89

26 – CREDORES DIVERSOS

Circulante	Societária	
	2013	2012
Outros encargos	13	244
Fecoerusc	1	5
Outros	2	4
Taxa de fiscalização	1	-
Total	17	253

27 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Societária	
	2013	2012
Impostos e contribuições	9	6
Folha pagamento	23	16
Total	32	22

28 – CONCESSIONÁRIOS DE ENERGIA ELÉTRICA

Suprimento	Societária	
	2013	2012
Celesc distribuição S/A	290	145
Total	290	145

29 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Circulante	Societária					
	2013			2012		
	Valor da provisão			Valor da provisão		
	Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais	Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais
Trabalhista						
Diversos	50	-	-	-	-	-
Cíveis						
Diversos	3	-	-	-	-	-
Total	53	-	-	-	-	-

Não circulante	Societária					
	2013			2012		
	Valor da provisão			Valor da provisão		
	Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais	Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais
Fiscais						
Provisão IR/CSLL S/AAP	-	364	-	-	364	-
Total	-	364	-	-	364	-

29.1 - Contingências trabalhistas

Durante o exercício de 2013, a empresa foi alvo de uma demanda de ordem trabalhista.

29.2 – Cíveis

No exercício de 2013 a Coopercocal, constituiu provisão para as ações cíveis em curso em valor recomendado pelo departamento jurídico.

29.3 - Fiscais

A Coopermila foi notificada pela Receita Federal em dezembro de 2006 pela falta de recolhimento para o Programa Social – PIS; e para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS; sobre a receita bruta.

Amparo legal:

- ❖ Leis nº 9.715/98 e 9.718/98 alterada parcialmente por Medidas Provisórias até a de nº 2158-35/2001.
- ❖ Leis nº 10.637 de 30 de dezembro de 2002,
- ❖ Leis nº 10.676 de 22 de maio de 2003
- ❖ Leis nº 10.684 de 30 de maio de 2003,
- ❖ Instrução Normativa nº 145 da SRF de 09 de dezembro de 1999,
- ❖ Instrução Normativa nº 247 de 21 de novembro de 2002,
- ❖ Instrução Normativa nº e 358 de 09 de setembro de 2003;

Os dispositivos legais citados estabeleceram que a contribuição para o PIS e a COFINS são devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, calculadas com base no faturamento a partir de 01 de fevereiro de 1999, aplicando-se, todavia às sociedades cooperativas sobre os fatos geradores a partir de novembro de 1999.

A Cooperativa interpôs recurso junto a Delegacia da Receita Federal de Florianópolis SC, requerendo nulidade total do ato fiscal.

A administração da cooperativa entende que somente as operações praticadas com não associados geram receitas sujeitas a incidência de PIS e COFINS como não pratica tais operações, não possui receitas sujeitas ao pagamento das contribuições.

O conselho de administração determinou que não se mantivesse provisão considerando ganho provável em função de julgamentos ocorridos com decisão favorável.

Relativo ao período não fiscalizado a partir de 07/2006, não foram efetuados cálculos e provisões de quaisquer valores, havendo entendimento de que as operações realizadas pela Cergapa possuem características de ato cooperativo sobre as quais não devem incidir tributos e contribuições.

No exercício a Delegacia da Receita Federal se manifestou negativamente em relação a este processo, porém foi apresentado recurso da decisão.

29.2 - Outras provisões

Provisões sobre AVP (Ajuste a Valor Presente) que passam a refletir significativamente na análise da situação patrimonial e financeira da COOPERMILA revelada nas demonstrações contábeis.

30 – OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

	Societária	
	2013	2012
Excedentes de reativo e demanda	16	4
Total	16	4

31 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31.1 - Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2013 e de R\$ 245 mil, sendo constituído de quotas-partes conforme artigo 14º do estatuto social.

	Societária	
	2013	2012
Capital subscrito	254	242
(-) Capital a realizar	9	10
Total	245	232

“Art. 14. O capital social da Coopermila é representado por cotas - partes no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada, não terá limite quanto ao máximo, variará conforme o número de cotas subscritas, mas nunca será inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) corrigidos anualmente no mês de janeiro pelo IGP –M da Fundação Getulio Vargas, ou outro indexador que venha a substituí-lo”.

“Atendendo a determinação da assembleia geral os valores não estão sendo corrigidos deste o ano de 2010, ficando estabelecido o valor de integralização em R\$ 245,00 (duzentos e quarenta e cinco reais).”

31.2 - Reservas e ajustes

	Societária	
	2013	2012
Reservas de reavaliação e ajustes patrimoniais	2.011	2.017
Total	2.011	2.017

31.3 - Fundos estatutários

	Societária	
	2013	2012
Reserva legal	1.482	1.477
Fates - Fundo de assistência técnica educacional e social	31	24
Fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição	1.583	1.562
Total	3.096	3.063

O artigo 46 do estatuto social determina:

“A Cooperativa se obriga a constituir”:

- O fundo de reserva legal destinado a reparar perdas ou atender o desenvolvimento de suas atividades, constituído de 10% (dez por cento) das sobras líquidas verificadas no exercício.
- O fundo de assistência técnica, educacional e social, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e seus empregados, constituído de 10% (dez por cento) das sobras líquidas do exercício.
- O fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição, priorizando a universalização dos serviços em sua área de atuação, constituído de 50% das sobras líquidas verificadas no exercício.

31.4 - Sobras do exercício

	Societária	
	2013	2012
Sobra a disposição da Ago	13	72
Total	13	72

A Lei nº 5.764/71, em seu art. nº 44, item II, define que as sobras apuradas no exercício após, constituídas as provisões dos fundos estatutários terão destinação definidas em assembleia geral.

32 – JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

No exercício não foram computados juros sobre o capital próprio que financiou obras em andamento inclusive no imobilizado em curso.

33 – RECEITA OPERACIONAL

33.1 - Fornecimento energia elétrica

Consumidores	Nº de consumidores		GWh		Societária	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Residencial	159	136	0,19	0,15	28	29
Industrial	5	6	6,71	6,35	877	1.110
Comercial	31	28	0,06	0,06	10	13
Rural	847	835	4,85	4,59	485	588
Poderes públicos	16	16	0,02	0,01	2	3
Iluminação pública	1	1	0,1	0,1	10	12
Serviços públicos	2	2	0,01	0,02	2	2
Recursos rec. Eletrobras	-	-	-	-	239	-
(-) Renda não faturada	.	-	-	-	(5)	(1)
Total	1.061	1024	11,94	11,28	1.648	1.758

33.2 - Uso do sistema de distribuição

Grupos de consumidores	Societária	
	2013	2012
Residencial	40	35
Industrial	1.249	1.268
Comercial	14	15
Rural	682	670
Poderes públicos	3	3
Iluminação pública	14	14
Serviços públicos	2	2
(-) Renda não faturada	(4)	(1)
Total	2.000	2.006

33.3 - Receita de construção

	Societária	
	2013	2012
Investimentos na distribuição	486	588
Total	486	588

33.4 - Outras receitas vinculadas

	Societária	
	2013	2012
Uso de redes compartilhado	13	11
Total	13	11

33.5 - Outras receitas operacionais

	Societária	
	2013	2012
Outras	163	103
Total	163	103

34 – DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

34.1 - Tributos e encargos

	Societária	
	2013	2012
ICMS	788	868
Total	788	868

34.2 - Encargos do consumidor

	Societária	
	2013	2012
CCC	42	125
CDE	74	103
RGR	5	68
P&D	14	13
PEE	14	13
Encargos ex-isolados	-	8
Total	149	330

35 – CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELETRICA

35.1 - Energia elétrica comprada para revenda

Suprimento	Quantidade MWh		Societária	
	2013	2012	2013	2012
Celesc Distribuição S/A	12.842	12.157	1.083	991
Total	12.842	12.157	1.083	991

35.2 - Encargos de uso do sistema de distribuição

Tusd	Societária	
	2013	2012
Celesc Distribuição S/A	359	186
Total	359	186

35.3 - Outros encargos

	Societária	
	2013	2012
Taxa de fiscalização	8	7
Total	8	7

36 – DESPESAS OPERACIONAIS

	Societária	
	2013	2012
Custo de operação	1.940	1.907
Total	1.940	1.907

36.1 - Despesas de pessoal

	Societária	
	2013	2012
Remunerações	294	261
Administradores	132	95
Encargos sociais	146	121
Auxílio alimentação	19	11
Convênio assistencial e outros benefícios	11	12
Outros	1	8
Total	603	508

36.2 - Outras despesas operacionais

	Societária	
	2013	2012
Material	196	171
Serviços de terceiros	204	217
Tributos	14	12
Seguros	5	8
Depreciações	100	97
Amortizações	109	96
Total	628	601

36.3 - Outros

	Societária	
	2013	2012
Custo de construção	486	588
Outros	223	210
Total	709	798

37 – RESULTADO FINANCEIRO

	Societária	
	2013	2012
Receitas financeiras	59	54
(-) Despesas financeiras	8	5
Total	51	49

37.1 - Receitas financeiras

	Societária	
	2013	2012
Encargos por atraso de energia	16	22
Rendimento de aplicações financeiras	15	15
Outras receitas financeiras	28	17
Total	59	54

37.2 - Despesas financeiras

	Societária	
	2013	2012
Despesas bancarias	4	2
Selic P&D e PEE	4	2
Outras despesas financeiras	-	1
Total	8	5

38 – RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Societária	
	2013	2012
Receitas não operacionais	19	20
(-) Despesas não operacionais	10	6
Total	9	14

38.1 - Receitas não operacionais

	Societária	
	2013	2012
Ganhos na alienação de bens e direitos	7	13
Sobras apuradas em inventários	12	7
Total	19	20

38.2 - Despesas não operacionais

	Societária	
	2013	2012
Faltas apuradas em inventários	10	6
Total	10	6

39 – PROVISÕES PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social foi calculado obedecendo ao disposto na legislação fiscal e a Lei nº 5.764/71, (sociedades cooperativas), que define operações com associados e com terceiros.

Operações no período:

	Societária	
	2013	2012
Operações com associados	4.310	4.466
Total	4.310	4.466

A Lei 5.764/71 define como isenta as operações com associados, portanto a Coopermila como operou somente com associados não provisionou imposto de renda e contribuição social.

40 – PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS

A Cooperativa de Eletricidade Lauro Müller - Coopermila - não possui programa de participação nas sobras da empresa direcionada aos empregados.

41 – PLANO DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A permissionária concedeu aos seus empregados, os seguintes benefícios em 2013:

	Societária	
	2013	2012
Plano de saúde	11	12
Seguro de vida	1	1
Vale alimentação	19	11
Cursos, treinamentos e outros	1	7
Total	32	31

A permissionária manteve o plano de saúde junto a UNIMED, participando com 50% dos custos mensais de contratação. Os exames regulamentares exigidos pela lei trabalhista são efetuados sem ônus ao quadro funcional.

42 – TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

A Cooperativa de Eletricidade Lauro Müller - Coopermila não efetuou transações com partes relacionadas, por não possuir controle acionário com empresas controladas.

As cotas partes por abertura de conta corrente e operações de crédito com a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária - CRESOL, foram subscritas e integralizadas na forma estabelecida pelo estatuto social.

43 – INSTRUMENTS FINANCEIROS

43.1 - Considerações gerais

A administração avalia que os riscos são mínimos, pois não existe concentração de parte contrária, e as operações de cobrança de energia são realizadas com bancos de reconhecida solidez dentro de limites aprovados.

43.2 - Concentração de riscos de crédito

Parte substancial das vendas é efetuada a um grande consumidor. No caso desse consumidor, o risco de crédito é elevado devido ao fato de o mesmo se encontrar em processo de recuperação judicial.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer em face de eventuais perdas na realização destes.

43.3 - Moeda estrangeira

A permissionária não praticou operações com moeda estrangeira no exercício de 2013.

43.4 - Riscos de liquidez

O risco de liquidez é medido pela capacidade da cooperativa cumprir com suas obrigações de curto prazo, médio prazo e longo prazo, tendo presente a sua estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de crédito disponíveis para captação de novos recursos e principalmente fluxo de caixa.

Na data base das demonstrações contábeis o índice liquidez corrente e liquidez geral eram de 1,67 e 3,02 respectivamente, havendo um forte indicativo de capacidade de liquidação das obrigações existentes, sejam de curto, médio e longo prazo.

44 – DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SEGREGADO POR ATIVIDADE

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos a Demonstração do Resultado do

Exercício por Atividade, em 31 de dezembro de 2012, das Unidades de Negócio: Geração (GER), Transmissão (TRA), Distribuição (DIS), Comercialização (COM), Atividades não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (AV) e o Consolidado (CONS).

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO SEGREGADO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação regulatória					
	GER	TRA	DIS	COM	AV	CONS
Receita operacional	-	-	2.499	1.811	-	4.310
Fornecimento de energia elétrica	-	-	-	1.648	-	1.648
Uso do sistema de distribuição	-	-	2.000	-	-	2.000
Receita de construção	-	-	486	-	-	486
Compartilhamento de infraestrutura	-	-	13	-	-	13
Outras receitas operacionais	-	-	-	163	-	163
(-) Deduções da receita operacional	-	-	612	325	-	937
ICMS	-	-	463	325	-	788
Encargos do consumidor	-	-	149	-	-	149
(=) Receita operacional líquida	-	-	1.887	1.486	-	3.373
(-) Custo do serviço de energia elétrica	-	-	1.524	1.866	-	3.390
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	-	1.083	-	1.083
Encargo de uso do sistema de distribuição	-	-	359	-	-	359
Taxa de fiscalização	-	-	-	8	-	8
Custo de operação	-	-	1.165	775	-	1.940
Pessoal e administradores	-	-	322	281	-	603
Material	-	-	169	27	-	196
Serviços de terceiros	-	-	15	189	-	204
Tributos	-	-	3	11	-	14
Seguros	-	-	4	1	-	5
Depreciação e amortização	-	-	161	48	-	209
Custo de construção	-	-	486	-	-	486
Outros	-	-	5	218	-	223
(=) Sobra operacional bruta			363	(380)		(17)
(+/-) Receita (despesa) financeira	-	-	8	43	-	51
(+) Resultado não operacional	-	-	9	-	-	9
(=) Sobras antes da CS e IR			371	(337)		43
(-) Contribuição social	-	-	-	-	-	-
(-) Imposto de renda	-	-	-	-	-	-
(=) Sobras líquidas do exercício			371	(337)	-	43

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Alcimar Damiani de Brida
 Presidente
 CPF 506.468.349-91

Ricardo Mazon Benedet
 Contador
 CRC/SC 029981/O-3

44.1 - Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por Unidades de Negócio:

Nas Unidades de Negócios foram consideradas as receitas operacionais faturadas aos consumidores externos, por transferências de preços contratadas entre as partes, conforme segue abaixo:

Receita de unidade	Despesa de unidade		
	D	C	Total
Geração - G	-	-	-
Transmissão - T	-	-	-
Distribuição - D	2.525	-	2.525
Comercialização - C	-	1.785	1.785
Atividades não vinculadas - AV	-	-	-
Total	2.525	1.785	4.310

44.2 - Conciliação das demonstrações de resultado:

	Unidade de negócio	Permissionária	Diferença
Receita operacional	4.310	4.310	-
Deduções da receita operacional	937	937	-
Receita operacional líquida	3.373	3.373	-
Despesas operacionais	3.390	3.390	-
Resultado do serviço	(17)	(17)	-
Sobra antes da tributação e participações	43	43	-
Sobra líquida do exercício	43	43	-

As receitas e despesas operacionais estão contabilizadas em cada Unidade de Negócio, acrescidas dos valores apurados com base nas receitas transferidas entre as mesmas.

As deduções, tais como impostos e contribuições, foram calculadas sobre o montante das receitas escrituradas e virtuais, aplicando-se as alíquotas ou taxas efetivamente incorridas na permissionária.

As receitas financeiras, oriundas de multas e juros sobre atraso no pagamento de energia elétrica, foram classificadas em cada Unidade de Negócio.

O imposto de renda e a contribuição social, não foram calculados visto que a permissionária operou somente com associados.

45 – SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Bem patrimonial (frota)	Data da vigência	Risco	Importancia segurada
Fiat Strada ano 2010 (1)	18/07/13 à 18/07/14	Parcial	50
Toyota Hilux ano 2009 (2)	15/10/13 à indefinido	Total	60
Ford cargo (3)	04/02/13 à 04/02/14	Parcial	150
Sede administrativa (4)	17/06/13 à 17/06/14	Parcial	800

Item 1 – Sul America CIA Nacional de Seguros.

Item 2 – Associação dos Amigos de Santa Catarina - AASC.

Item 3 – Companhia Mutual de Seguros.
Item 4 – Tokio Marine Brasil Seguradora S.A.

46 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes que poderão causar impacto na posição patrimonial, financeira no resultado e nas atividades são:

- Tarifas que não absorvem o custo operacional.
- Encerramento ou redução nas atividades de consumidor do Grupo “A”.

Demonstrações Contábeis Regulatórias



BALANÇO PATRIMONIAL SOCIETÁRIO E REGULATÓRIOem 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas ajuste	2013			2012		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
ATIVO							
Circulante		1.043	4	1.047	1.252	-	1.252
Consumidores, conc. e permissionárias	[1]	355	-	355	566	-	566
Despesas pagas antecipadamente	[2]	2	4	6	1	-	1
Outros ativos circulante não afetados		686	-	686	685	-	685
Não Circulante		1.992	(675)	1.317	1.865	(509)	1.356
Consumidores, conc. e permissionárias	[1]	450	-	450	466	-	466
Débitos fiscais diferidos	[3]	-	-	-	18	-	18
Despesas pagas antecipadamente	[2]	-	-	-	-	-	-
Ativo financeiro da permissão		675	(675)	-	509	(509)	-
Outros ativos não circulante não afetados		867	-	867	872	-	872
Investimentos	[4]	9	-	9	9	-	9
Imobilizado	[5]	1.759	4.354	6.113	1.816	1.970	3.786
Em serviço		2.263	6.053	8.316	2.244	2.618	4.862
(-) Reintegração Acumulada		(504)	(1.699)	(2.203)	(428)	(648)	(1.076)
Em curso		-	-	-	-	-	-
Intangível	[6]	1.566	(1.566)	-	1.506	(1.461)	45
Em serviço		2.303	(2.303)	-	2.214	(2.109)	105
Em curso		-	-	-	-	-	-
Amortização acumulada		(737)	737	-	(708)	648	(60)
TOTAL DO ATIVO		6.369	2.117	8.486	6.448	-	6.448
	Notas ajuste	2013			2012		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
PASSIVO							
Circulante		624	3	627	674	-	674
Passivos regulatórios	[7]	-	3	3	-	-	-
Outros passivos circulantes não afetados		624	-	624	674	-	674
Não Circulante		380	117	497	390	-	390
Passivos regulatórios	[7]	-	117	117	-	-	-
Outros passivos não circulantes não afetados		380	-	380	390	-	390
Patrimônio líquido		5.365	1.997	7.362	5.384	-	5.384
Capital social		245	-	245	232	-	232
Reserva de capital		3.096	(30)	3.066	3.063	-	3.063
Reserva de avaliação patrimonial	[8]	2.011	2.113	4.124	2.017	-	2.017
Sobras (perdas) acumuladas	[9]	13	(86)	(73)	72	-	72
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.369	2.117	8.486	6.448	-	6.448

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Alcimar Damiani de Brida
Presidente
CPF 506.468.349-91Ricardo Mazon Benedet
Contador
CRC/SC 029981/O-3

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

70

	Notas	2013			2012		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
RECETA OPERACIONAL BRUTA		4.310	(760)	3.550	4.466	(691)	3.775
Fornecimento de energia elétrica	[10]	1.648	(113)	1.535	1.758	-	1.758
Receita de disponibilidade da rede elétrica		2.000	-	2.000	2.006	-	2.006
Outras receitas vinculadas	[12]	662	(647)	15	702	(691)	11
DEDUÇÕES DA RECETA OPERACIONAL		937	-	937	1.198	-	1.198
Tributos e encargos		788	-	788	868	-	868
Federais		-	-	-	-	-	-
Estaduais		788	-	788	868	-	868
Encargos - Parcela "A"		149	-	149	330	-	330
Reserva legal de reversão - RGR		5	-	5	68	-	68
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		14	-	14	13	-	13
Conta de desenvolvimento energético - CDE		74	-	74	103	-	103
Conta de consumo de combustíveis - CCC		42	-	42	125	-	125
Programa de eficiência energética - PEE		14	-	14	13	-	13
Outros encargos (CCC adicional)EX- ISOLADOS		-	-	-	8	-	8
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA		3.373	(760)	2.613	3.268	-	2.577
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"	[13]	1.450	-	1.450	1.184	-	1.184
Energia elétrica comprada para revenda		1.033	-	1.033	946	-	946
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfra		50	-	50	45	-	45
Encargo de uso do sistema de distribuição		359	-	359	186	-	186
Taxa de fiscalização		8	-	8	7	-	7
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		1.923	(760)	1.163	2.084	(691)	1.393
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"		1.940	(651)	1.289	1.907	726	1.181
Pessoal		471	-	471	400	-	400
Administradores		132	-	132	108	-	108
Serviços de terceiros		204	-	204	217	-	217
Material		196	-	196	171	-	171
Tributos		14	-	14	12	-	12
Seguros		5	-	5	8	-	8
Despesas com construção		486	(486)	-	588	588	-
Outros		223	(165)	58	210	138	60
Provisão devedores duvidosos		-	-	-	-	-	-
Depreciação		100	109	209	97	(96)	193
Amortização		109	(109)	-	96	96	-
RESULTADO DA ATIVIDADE DE PERMISSÃO		(17)	(109)	(126)	177	-	212
RESULTADO EXTRA PERMISSÃO	[14]	60	7	53	49	(35)	14
(+) Receita financeira		59	-	59	54	-	54
(-) Despesa financeira		8	3	11	5	-	5
(+) Resultado de equivalência patrimonial		-	-	-	-	-	-
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		9	(4)	5	14	(35)	(21)
(=) SOBRA ANTES DO IRPJ/CSSL		43	(116)	(73)	240	-	226
(-) Imposto de renda		-	-	-	-	-	-
(-) Contribuição social		-	-	-	-	-	-
(=) SOBRA DO EXERCÍCIO		43	(116)	(73)	240	-	240

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Alcimar Damiani de Brida
Presidente
CPF 506.468.349-91

Ricardo Mazon Benedet
Contador
CRC/SC 029981/O-3

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, pronunciamentos, orientações e interpretações, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A ANEEL instituiu a Contabilidade Regulatória através da Resolução Normativa nº 396/2010, a qual difere da contabilidade societária, principalmente pela não aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

A contabilidade regulatória e aplicada as permissionárias de serviço público de transmissão e de distribuição de energia elétrica de forma que seus registros contábeis representam adequadamente a situação econômico-financeira.

O Despacho ANEEL nº 4.991 de 29/12/2011, determinou o uso de novos modelos de apresentação e divulgação do Balanço Patrimonial Regulatório e Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório os quais foram mantidos no Despacho nº 4.413 de 27 de dezembro de 2013 da SFF/ANEEL.

A estruturação destas demonstrações foi sustentada no Balanço Mensal Padronizado – BMP, juntamente com a conciliação entre o resultado das referidas demonstrações contábeis e as demonstrações contábeis societárias.

As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas pelo conselho de administração, pelo conselho fiscal e assembléia geral.

1 – CONSUMIDORES

Informações descritas na nota explicativa nº 7 do balanço societário não existindo ajuste para este item.

	2013			2012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Desconto TUST E TUSD	-	-	-	-	-	-
Desconto irrigação e aquicultura	-	-	-	-	-	-
Subsidio baixa renda	-	-	-	-	-	-
Comp. financ. int. fornecimento	-	-	-	-	-	-
Outros ajustes	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

2 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	2013			2012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Parcela "A"	-	-	-	-	-	-
CVA	-	-	-	-	-	-
Revisão Tarifária	-	-	-	-	-	-
Sobre contratação	-	-	-	-	-	-
Subvenção Baixa Renda - perdas	-	-	-	-	-	-
Neutral. dos encargos setoriais	4	-	4	-	-	-
Diferenças - PLPT	-	-	-	-	-	-
Outros Componentes financeiros	-	-	-	-	-	-
Total	4	-	4	-	-	-

Demais despesas operacionais pagas antecipadamente estão descritas na nota nº 13 do balanço societário

3 – CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

3.1 - Créditos fiscais federais

	2013			2012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
IRRF	-	-	-	-	-	-
CSLL	-	-	-	-	-	-
PIS	-	-	-	-	-	-
COFINS	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

A permissionária opera somente com associados o que determina que sejam operações sem incidência dos tributos acima elencados.

A lei 5.764/71 determina que operações com associados caracterizam o ato cooperativo sendo estes isentos e as operações com público indistinto tributadas com base no lucro real.

3.2 - Créditos fiscais estaduais

Descritos na nota técnica societária nº 10 do balanço societário.

4 – INVESTIMENTOS

Avaliadas pelo custo de aquisição	2013	2012
Fecoerusc – Oficina de Transformadores	4	4
SC - Geracoop	5	5
Total	9	9

O investimento em participações societárias é consolidado em informações dos órgãos e garantido em cláusulas estatutárias.

Todos os investimentos estão ajustados a valor original de aquisição.

As entidades as quais participa a permissionária também são constituídas na forma da legislação cooperativista, portanto sem fins lucrativos o que determina que o capital social somente poderá receber benefícios de sobras quando ocorrer e com autorização da assembleia geral

5 – IMOBILIZADO

5.1 - Ajuste

Ativo imobilizado - Bens que compõem a infraestrutura do sistema de distribuição de energia elétrica – base de remuneração regulatória.

O ajuste ocorre pela anulação dos efeitos decorrentes da aplicação das orientações contidas no ICPC 01 e OCPC 05, na estruturação das demonstrações contábeis societárias.

5.2 - Imobilizado em serviço

Em serviço	Custo	Depreciação acumulada	Obrigações especiais vinculadas	2013	2012
				Valor Líquido	Valor Líquido
Distribuição	6.372	1.973	-	4.399	2.111
Maquinas e equipamentos	2.873	678	-	2.195	1.969
Reavaliação regulatória	3.075	962	-	2.113	-
Veículos	424	333	-	91	142
Comercialização	126	51	-	75	56
Licença de uso	53	30	-	23	23
Maquinas e equipamentos	42	19	-	23	27
Móveis e Utensílios	2	-	-	2	2
Veículos	29	2	-	27	4
Administração	1.818	179	-	1.639	1.664
Licença de uso	52	29	-	23	23
Terrenos	550	-	-	550	550
Edif. obras civis e benf	1.050	93	-	957	980
Maquinas e equipamentos	59	24	-	35	32
Móveis e Utensílios	107	33	-	74	79
Total	8.316	2.203	-	6.113	3.831

5.3 - Imobilizado em curso

Em curso	Custo	Depreciação acumulada	Obrigações especiais vinculadas	2013	2012
				Valor Líquido	Valor Líquido
Distribuição	-	-	15	15	4
Maquinas e equipamentos	-	-	15	15	4
Total	-	-	15	15	4

De acordo com os artigos 63 e 64 do decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão/permissão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na permissão.

5.4 - Vida útil e taxas de depreciação

As taxas anuais de depreciação foram aplicadas pelo método linear determinadas pela resolução Aneel nº 240/2006, incorporadas pela Resolução Aneel nº. 367/2009 e corrigidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 474/2012 que são as seguintes:

Administração	Taxas anuais de depreciação (%)
Edificações	3,33
Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

Comercialização	Taxas anuais de depreciação (%)
Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

Distribuição	Taxas anuais de depreciação (%)
Banco de capacitores	6,67
Chave de distribuição	6,67
Condutor do sistema	3,57
Edificações	3,33
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	3,57
Medidores	4,0
Regulador de tensão	4,35
Transformador	4,0
Veículos	14,29

As disposições contidas na resolução normativa ANEEL nº 474 estão aplicadas aos bens durante todo o exercício de 2013.

5.5 - Obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica

As obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a retornos ao doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da permissão.

A permissionária não registrou em suas demonstrações valores referente a obrigações vinculadas, sendo todo o imobilizado financiado com recursos próprios advindos de capital social e reservas.

5.6 - Manual de controle patrimonial

A Resolução Normativa Aneel nº 367 de 02 de junho de 2009, aprovou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, a ser utilizado por concessionárias, permissionárias e autorizadas de energia elétrica, cujos bens e instalações, nos termos da legislação vigente, são passíveis de reversão à União.

5.7 - Bens totalmente depreciados

Em serviço	Custo	Depreciação acumulada	2013	2012
			Valor Líquido	Valor Líquido
Distribuição	19	19	-	-
Veículos	19	19	-	-
Administração	4	4	-	-
Maquinas e equipamentos	4	4	-	-
Comercialização	2	2	-	-
Maquinas e equipamentos	2	2	-	-
Total	21	21	-	-

6 – INTANGÍVEL

6.1 - Ajuste

Registro de bens que compõem a infraestrutura do sistema de distribuição de energia elétrica – base de remuneração regulatória.

O ajuste ocorre pela anulação dos efeitos decorrentes da aplicação das orientações contidas no ICPC 01 e OCPC 05, na estruturação das demonstrações contábeis societárias.

6.2 - Composição do Intangível

Em serviço	Custo	Amortização acumulada	2013	2012
			Valor Líquido	Valor Líquido
Comercialização	53	53	-	23
Licença de uso	53	53	-	-
Administração	52	52	-	22
Licença de uso	52	52	-	22
Total	105	105	-	45

7 – PASSIVOS REGULATÓRIOS

	2013			2012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Parcela "A"	-	-	-	-	-	-
CVA	3	-	3	-	-	-
Revisão Tarifária	-	117	117	-	-	-
Desconto TUSD e irrigação	-	-	-	-	-	-
Reajuste tarifário	-	-	-	-	-	-
Subvenção Baixa Renda - ganhos	-	-	-	-	-	-
Neutral. dos encargos setoriais	-	-	-	-	-	-
Outros Componentes financeiros	-	-	-	-	-	-
Total	3	117	120	-	-	-

8 – RESERVAS DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

	Legislação regulatória	
	2013	2012
Reavaliação regulatória Res. 1.609/2013	2.113	-
Total	2.113	-

9 – SOBRAS (PERDAS) ACUMULADAS

	Legislação regulatória	
	2013	2012
Perdas regulatórias acumuladas	(73)	-
Total	(73)	-

O resultado apurado na Contabilidade Regulatória foi inferior ao alcançado nas demonstrações Societárias em R\$ 116 mil.
 A consolidação deste valor na contabilidade regulatória é resultante da contabilização dos ativos e passivos regulatórios.

Ajuste do Resultado	
Ajustes entre contabilidade Societaria e Regulatória 2012	-
Composição de ajustes 2013	
Neutralidade da Parcela "A"	4
Passivo Regulatório	(117)
CVA PROINFA	(3)
Total de ajustes - 2013	(116)
Efeito acumulado dos ajustes	(116)

10 – RECEITA OPERACIONAL BRUTA

10.1 – Ajustes

O ajuste ocorre pela anulação dos efeitos decorrentes da aplicação das orientações contidas PRORET – Procedimentos de Regulação Tarifária sub módulo 8.1 Item 164 e 165.

O Valor correspondente a receita de ultrapassagem de demanda e excedentes reativos estão registrados como obrigações especiais no grupo 223.

O valor correspondente a revisão tarifária é o resultado do processo de revisão do 1 ciclo resolução Aneel nº 1.628/2013 registrado como passivo regulatório no 221

10.2 - Fornecimento energia elétrica

Classes	Nº de consumidores		GWh		Legislação regulatória	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Residencial	159	136	0,19	0,15	28	29
Industrial	5	6	6,71	6,35	889	1.110
Comercial	31	28	0,06	0,06	10	13
Rural	847	835	4,85	4,59	485	588
Poder público	16	16	0,02	0,01	2	3
Iluminação pública	1	1	0,1	0,1	10	12
Serviço público	2	2	0,01	0,02	2	2
(-) Renda não faturada	-	-	-	-	(5)	1
Recursos rec. Eletrobras	-	-	-	-	239	-
Neutralidade enc. Setoriais	-	-	-	-	3	-
Ultrapassagens	-	-	-	-	(11)	-
Revisão Tarifaria	-	-	-	-	(117)	-
Total	1.061	1.024	11,94	11,28	1.535	1.758

10.2 - Uso do sistema de distribuição

Grupos de consumidores	Legislação regulatória	
	2013	2012
Residencial	40	33
Industrial	1.249	1.268
Comercial	14	15
Rural	682	670
Poderes públicos	3	3
Iluminação pública	14	14
Serviços públicos	2	2
Renda não faturada	(4)	1
Total	2.000	2.006

11 – RECEITA DE ATIVIDADES NÃO VINCULADAS

A permissionária não possui receitas de atividades não vinculadas.

12 – OUTRAS RECEITAS VINCULADAS

12.1 - Ajuste

Eliminação da receita de construção e do correspondente custo, como ajuste decorrente da anulação dos efeitos da aplicação das orientações contidas no CPC 17, na estruturação das demonstrações contábeis societárias.

	Legislação regulatória	
	2013	2012
Receita de construção de redes	486	588
(-) Custo da construção	486	588
Total	-	-

12.2 - Composição

Outras receitas

	Legislação regulatória	
	2013	2012
Compartilhamento de postes	13	11
Serviços taxados	1	1
Outras	162	102
Total	176	114

13 – CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS PARCELA “A”

Estão descritos no balanço regulatório sem ajustes para este item.

14 – RESULTADO EXTRAPERMISSÃO

	Societária/Regulatória	
	2013	2012
Resultado financeiro	48	49
Resultado não operacional	5	(21)
Total	53	28

14.1 - Resultado financeiro

Estão descritos no balanço regulatório sem ajustes para este item.

	Societária/Regulatória	
	2013	2012
Receitas financeiras	59	54
(-) Despesas financeiras	11	5
Total	48	49

14.1.1 - Receitas financeiras

	Societária/Regulatória	
	2013	2012
Encargos financeiros sobre energia	16	22
Rendas de aplicações financeiras	15	15
Outras receitas financeiras	28	17
Total	59	54

14.1.2 - (-) Despesas financeiras

	Societária/Regulatória	
	2013	2012
Encargos de dividas	5	2
Despesas bancárias	3	2
Outras despesas financeiras	-	1
Revisão tarifaria	3	-
Total	11	5

14.2 - Resultado não operacional

	Societária/Regulatória	
	2013	2012
Receita não operacional	180	173
(-) Despesa não operacional	175	194
Total	5	(21)

14.2.1 - Receitas não operacionais

	Societária/Regulatória	
	2013	2012
Ganho na alienação de bens e direitos	12	13
Ganhos na prestação de serviços	140	139
Outras receitas	28	21
Total	180	173

14.2.2 - (-) Despesas não operacionais

	Societária/Regulatória	
	2013	2012
Perdas na desativação de bens e direitos	25	49
Perdas na alienação de bens e direitos	140	139
Outras despesas	10	6
Total	175	194

Alcimar Damiani de Brida
 Presidente
 CPF 506.468.349-91

Ricardo Mazon Benedet
 Contador
 CRC/SC 029981/O-3

Informações Complementares

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Balanco social – 2013

Responsabilidade social é muito mais do que gestos episódicos de filantropia motivados por considerações de marketing ou relações públicas. É mais do que garantir que o produto da cooperativa seja seguro e confiável. É mais do que gerar riquezas e empregos e recolher impostos na condução normal dos negócios.

É uma atitude proativa de estender a mão aos mais carentes, ajudando a reduzir os problemas sociais e ter solidariedade como um valor que permeia e baliza toda a atuação da permissionária, sem prejuízo de suas metas empresariais e comerciais.

Tendo equacionado as questões sociais mais graves no município em que atua relacionado especificamente com o setor de energia elétrica, a permissionária se volta agora para ampliar sua atuação de caráter comunitário, a fim de auxiliar a resolver outros problemas que afetam seus pares.

Estendendo a todos os benefícios da eletricidade

A continuidade da universalização do atendimento ao benefício de distribuição de energia elétrica a nossos associados consumidores caracteriza no as marca de importante atuação social.

Preservando o meio ambiente

Construindo redes com responsabilidade ambiental

A permissionária tem compromisso com o meio ambiente, sempre projetando e construindo redes evitando supressão de matas e outros danos a natureza.

Filantropia

A Coopermila atendendo a decisão da assembleia geral utilizou recursos do Fates no R\$ 39,5 Mil as despesas com assistência social a associados e dependentes mediante convênio firmado com a AFMILA – Associação dos funcionários da COOPERMILA.

Serviços	Societária	
	2013	2012
Consultas médicas	672	469
Atendimentos odontológicos	480	480
Exames laboratoriais	3.994	3.730

Programa de estagiários

Mediante convênio com diversas instituições de ensino, a permissionária oferece oportunidade de estágio que realizam a complementação de ensino beneficiando 02 estagiários no exercício.

DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL
 Exercício findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2013			2012			
	R\$ mil			R\$ mil			
1 - Base de cálculo							
Receita Líquida (RL)			3.373			3.268	
Sobra operacional (SO)			34			226	
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			603			508	
		% sobre				% sobre	
2 - Indicadores sociais internos	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL	
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	19	3,15%	0,56%	11	2,17%	0,34%	
Encargos sociais compulsórios	146	24,21%	4,33%	121	23,82%	3,70%	
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	11	1,82%	0,33%	12	2,36%	0,37%	
Capacitação e desenvolvimento profissional	1	0,17%	0,03%	1	0,20%	0,03%	
Seguro de vida	1	0,17%	0,03%	1	0,20%	0,03%	
Roupas profissionais	6	1,00%	0,18%	6	1,18%	0,18%	
Total	184	30,51%	5,46%	152	29,92%	4,65%	
		% sobre				% sobre	
3 - Indicadores sociais externos	R\$ mil	SO	RL	R\$ mil	SO	RL	
Doações e contribuições	18	52,94%	0,53%	21	9,29%	0,64%	
Total de contribuições para sociedade	18	52,94%	0,53%	21	9,29%	0,64%	
Tributos - excluídos encargos sociais	801	2355,88%	23,75%	882	390,27%	26,99%	
Federais - (PIS, COFINS, IR, CS)	1	2,94%	0,03%	1	0,44%	0,03%	
Estaduais - (ICMS, IPVA)	794	2335,29%	23,54%	875	387,17%	26,77%	
Municipais - (IPTU, Alvará)	6	17,65%	0,18%	6	2,65%	0,18%	
Total	819	2408,82%	24,28%	903	399,56%	27,63%	
		% sobre				% sobre	
4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	SO	RL	R\$ mil	SO	RL	
Relacionamento com a operação da empresa							
Programa de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	
Programas especiais/Projetos externos							
Sistema de Gestão Ambiental - SGA	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	
Distribuição e plantio de mudas de árvores	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	
Total	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:			() não possui metas			() não possui metas	
			() cumpre de 0 a 50%			() cumpre de 0 a 50%	
			() cumpre de 51 a 75%			() cumpre de 51 a 75%	
			(x) cumpre de 76 a 100 %			() cumpre de 76 a 100 %	

Continua...

...Continuação

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
	em unidades	em unidades
5 - Indicadores do corpo funcional		
Empregados no final do período	12	12
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	4	4
Com ensino médio	5	5
Com ensino fundamental	3	3
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	6	6
De 30 a 45 anos (exclusive)	4	4
Acima de 45 anos	2	2
Admissões durante o período	7	2
Demissões durante o período	7	-
Mulheres que trabalham na empresa	3	4
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres	-	-
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes	-	-
Negros que trabalham na empresa	1	1
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros	-	-
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes	-	-
Portadores de necessidades especiais	-	-
Dependentes	15	15
Estagiários	-	1
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	-	-
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	4.707	4.344
Acidentes de trabalho	-	2
Nos processos de gestão da empresa os órgãos de decisão em 2008 e 2007 foram definidos por:	Conselho de administração	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	Departamento técnico	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	Diretoria	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	São sugeridos	
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	Apóia	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Pessoal	33,93%	24,33%
Governo	62,77%	60,70%
Financiadores	0,34%	0,30%
Associados	2,96%	14,67%

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013

Senhores associados

A Cooperativa de Eletrificação Lauro Müller - COOPERMILA submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, conforme disposições estatutárias.

Mensagem da Administração

A COOPERMILA implantou práticas de relacionamento comercial com seus associados alicerçado, principalmente, na qualidade de seu produto, energia elétrica, e serviços, atendimento, na preservação da credibilidade junto aos associados, sociedade e na força de sua marca e em sua participação efetiva no desenvolvimento sócio-econômico em toda sua área de atuação.

O investimento é contínuo na melhoria dos meios de comunicação e a busca novas formas de relacionamento para oferecer opções mais cômodas e ágeis de contato do associado com a Cooperativa.

Mantivemos a política de gestão dos recursos humanos, adotando de forma definitiva, uma melhor prática de remuneração de nossos empregados

No exercício de 2013, participamos de vários eventos na INFRACOOP (Confederação Nacional das Cooperativas de infraestrutura) e ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, com objetivo de se interar das ações e mudanças obrigatórias para as cooperativas de infraestrutura agentes do setor elétrico brasileiro.

O investimento em capacitação e treinamento de pessoal, com vistas às novas exigências regulatórias continuam em nossos objetivos.

Por fim, afirmamos que todos os resultados alcançados, no ano de 2013, são resultantes de trabalho árduo e dedicação.

Em 2013, foi eleito um novo conselho de administração que não mediu esforços para a cumprir nossa missão trabalhando de forma planejada oferecendo energia elétrica de qualidade com continuidade priorizando a atender as necessidades de nossos associados e consumidores.

Alcimar Damiani de Brida
Presidente

Genivaldo da Silva
Secretário

ATA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CNPJ/MF: 75.568.154/0001-83

NIRE: 4240000207 2

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MÜLLER – COOPERMILA.

Aos 14 (quatorze) dias do mês de fevereiro do ano de 2014 (dois mil e quatorze), reuniram-se na sede da Coopermila os membros do conselho de administração registrando-se a presença de todos os conselheiros. A reunião teve início às 18h00min (dezoito) horas com o presidente cumprimentando a todos e em continuidade apresentou a agenda desta reunião. Item 1º (primeiro) O presidente informou aos conselheiros a necessidade da convocação da assembleia geral ordinária e de forma a atender a disposição contida nos artigos 16º (décimo sexto), artigo 18º (décimo oitavo) 27º (vigésimo sétimo). O conselho de administração determinou que a assembleia seja realizada no dia 23 (vinte e três) de março do corrente nas dependências do salão de festas da Capela Santa Bárbara, sita a Rua Visconde de Barbacena, s/nº, distrito de Barro Branco, neste município por não haver acomodações suficientes na sede social. Também estabeleceu que as convocações sejam para 7h00min (sete) horas em primeira convocação com a presença de 2/3 de seus associados às 8h00min (oito) horas em segunda convocação com a presença da metade mais um de seus associados ou às 9h00min (nove) horas em terceira e última convocação com a presença de no mínimo 10 (dez) associados, com as seguintes: **ORDEM DO DIA:** 1) (primeiro) Prestação de contas do conselho de administração acompanhado de parecer do conselho fiscal e auditoria independente referente exercício de 2013 (dois mil e treze), compreendendo: a) Relatório de gestão. b) Balanço patrimonial. c) Demonstrativos das sobras apuradas no exercício de 2013 (dois mil e treze). d) Parecer do conselho fiscal e parecer de auditores independentes; 2) (segundo) Destinação das sobras apuradas no exercício 2013 (dois mil e treze). 3) (terceiro) Eleição dos componentes conselho fiscal período 2014 (dois mil e quatorze). 4) (quatro) Fixação de pró-labore ao presidente e cédula de presença às reuniões do conselho de administração e conselho fiscal e delegados representantes junto a Fecoerusc. 5) (quinto) Aprovação do plano de investimentos para exercício de 2014 (dois mil e quatorze). 6) (sexto) Apresentação e aprovação de plano de aplicação do FATES 2013 (dois mil e treze) e 2014 (dois mil e quatorze). 7) (sétimo) Autorização para manutenção do valor da quota parte subscrita durante o exercício de 2014 (dois mil e quatorze) em R\$ 245,00 (duzentos e quarenta e cinco reais) suspendendo a correção do IGP-M (FGV) do exercício anterior. 8) (oitavo) Autorização para contrair empréstimos emergenciais até o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) quando do atraso de repasse de recursos e subvenções federais. 9) (nono) Autorização e homologação para venda de bens do ativo imobilizado. 10) (décimo) Assuntos gerais. Item 2º (segundo) O conselho de administração aprovou que após a assembleia seja servido almoço aos associados e dependentes convidados autorizando a administração a efetivar os gastos necessários para o evento. Item 3º (terceiro) O conselho de administração avaliou o pré-balanço patrimonial a ser submetido à apreciação da assembleia geral e determinou: a) Que sejam aplicadas para a contabilidade societária as disposições legais contida na resolução Aneel nº 444 (quatrocentos e quarenta e quatro) de 26 (vinte e seis) de dezembro de 2001 (dois mil e um). b) Que também seja aplicada as premissas constantes na resolução Aneel nº 396 (trezentos e noventa e seis) de 26 (vinte e seis) de

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

inclusive com os atrasos informados em reunião anterior. O presidente comunicou aos diretores que foi encaminhado ofício ao ex-senador Leonel Pavan pedindo a intervenção de parlamentares no sentido de viabilizar e agilizar o repasse dos recursos. Dada esta situação o conselho de administração decidiu solicitar parcelamento dos débitos em atraso junto à supridora Celesc Distribuição S/A para evitar possibilidades de interrupção de fornecimentos e informar a Aneel através da Superintendência de Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública (SMA) para providencias dos casos futuros que ocorram a persistirem estes atrasos. Item 11º (décimo primeiro) Debatida a situação da limpeza do imóvel de propriedade da Coopermila na localidade de Rio Amaral (Galpão secador) o conselho solicitou ao presidente que verifique a possibilidade da empresa que usa parcialmente o imóvel sem qualquer custo que efetive a manutenção da área em seu uso. Item 12º (décimo segundo) O conselho de administração aprovou a admissão dos associados: Enio Frassetto matricula nº 1614, Wenir Locatelli de Souza matricula 1615, Gilberto Wiemes matricula nº 1616 e ratificou o ingresso da associada Maria Regina Carniel Guimarães matricula nº 1551 que complementou as informações estatutárias, todos com a quota mínima prevista no estatuto social no valor de R\$ 245,00 (duzentos e quarenta e cinco reais), a demissão a pedido da associada: Isolete Cittadin Frassetto matricula nº 1291 e a exclusão por falecimento da associada Evandra Ramos Pesenti matricula nº 701. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião. Esta ata após lida se aprovada e assinada por mim secretário e demais membros. Esta ata foi lavrada em paginas produzida por meio eletrônico conforme artigo 32º (trigésimo segundo) alínea "c" do estatuto social.

Lauro Müller, 14 de fevereiro de 2014.

Conselho de Administração


Oclandio Mazon – Secretário

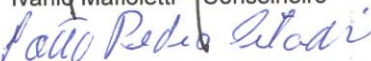

Mário Fabro – Conselheiro


Sinésio Nesi – Conselheiro


Nelson Godinho – Conselheiro


Genivaldo da Silva – Presidente


Ivanio Mafioletti – Conselheiro


João Pedro Cittadin – Conselheiro

Delegados Representantes junto a FECOERUSC


Nilson Bett

Dilvo Proinelli


EDITAL DE CONVOCAÇÃO



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MÜLLER
CNPJ/MF: 75.568.154/0001-83 – Inscrição Estadual: 251.259.986

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MÜLLER - COOPERMILA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo estatuto social convoca os associados para comparecerem a **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** a realizar-se no dia **23 de março de 2014**, nas dependências do salão de festas da igreja Santa Bárbara, sita a Rua Visconde de Barbacena s/nº, distrito de Barro Branco, neste município por não haver acomodações suficientes na sede social, às 7h00min em primeira convocação com a presença de 2/3 (dois terço) de seus associados, às 8h00min horas em segunda convocação com a presença de metade mais hum de seus associados ou às 9h00min horas em terceira e última convocação com a presença de no mínimo 10 (dez) associados para deliberarem a seguinte:

ORDEM DO DIA

- 1) Prestação de contas do conselho de administração acompanhado de parecer do conselho fiscal e auditoria independente referente exercício de 2013, compreendendo:
 - a) Relatório da gestão;
 - b) Balanço patrimonial;
 - c) Demonstrativo das sobras apuradas no exercício de 2013;
 - d) Parecer do conselho fiscal e parecer de auditoria;
- 2) Destinação das sobras apuradas no exercício de 2013.
- 3) Eleição e posse dos componentes do conselho fiscal período 2014.
- 4) Fixação de pró-labore ao presidente e cédula de presença para as reuniões do conselho fiscal demais membros do conselho de administração e delegados representantes junto a Fecoeorusc.
- 5) Aprovação de plano de investimentos para o exercício de 2014.
- 6) Apresentação e aprovação de plano de aplicação do FATES-2013 e 2014.
- 7) Autorização para manutenção do valor da quota parte subscrita durante o exercício de 2014 em R\$ 245,00 suspendendo a correção do IGP-M (FGV) do exercício anterior.
- 8) Autorização para contrair empréstimos emergenciais até o valor de R\$ 200.000,00 quando do atraso de repasse de recursos e subvenções federais.
- 9) Autorização e homologação para venda de bens do ativo imobilizado.
- 10) Assuntos gerais.

Observações:

- a) Para efeito de verificação de quorum a cooperativa possui 1.096 associados.
- b) Os documentos a serem apreciados no item (01) primeiro da ordem do dia, estarão disponíveis aos associados a partir do dia 13/03/2014, na sede social.
- c) Interessados a concorrer aos cargos sociais de conselho fiscal, deverão compor chapas a serem inscritas junto à administração na sede da Coopermila até às 17h00min do dia 18/03/2014.
- d) As chapas apresentadas deverão conter a documentação prevista no artigo 43º do estatuto social, e expressa concordância de seus componentes.
- e) Havendo chapa única inscrita para eleição conselho fiscal o item 3º (terceiro) da ordem do dia será votado por aclamação no dia 23/03/2014, salvo determinação diversa da assembleia geral.
- f) Registrando-se mais de uma chapa a concorrer eleição do conselho fiscal a votação ocorrerá no mesmo local no encerramento da assembleia após a deliberação dos demais itens da ordem do dia.
- g) A posse dos eleitos ocorrerá no prazo estabelecido no parágrafo 5º do artigo 43º do estatuto social.
- h) Relação dos bens constante do item (09) nono estará à disposição dos associados a partir do dia 13/03/2014 na sede social.
- i) Para exercer seu direito de voto o associado deverá apresentar-se munido de documento que o identifique com fotografia e estar rigorosamente em dia com as obrigações junto à cooperativa.
- j) A posse dos eleitos ocorrerá no prazo estabelecido no parágrafo 5º do artigo 43º do estatuto social.
- k) As pessoas jurídicas associadas, para exercer direito de voto deverão apresentar contrato social ou ata para comprovação do representante legal.
- l) As entidades associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar livro de atas ou estatuto para comprovação do representante legal.
- m) Débitos quitados em agentes arrecadadores no dia 21 de março do corrente deverão ser comprovados com a apresentação de nota fiscal de fornecimento de energia elétrica devidamente paga.

Lauro Müller/SC, de 19 de fevereiro de 2014.


Genivaldo da Silva
Presidente em exercício

Rua Vinte de Janeiro nº 418 – Sumaré – 88.880-000 – Lauro Müller/SC.
Fone/fax: (48) 3464-3060 - coopermila@coopermila.com.br – www.coopermila.com.br

PARECER DO CONSELHO FISCAL

CNPJ: 75.568.154/0001-83

NIRE: 4240000207 2

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MÜLLER – COOPERMILA. Aos 18 (dezoito) dias do mês de março de 2014 (dois mil e quatorze) reuniram-se na sede da Coopermila os membros do conselho fiscal, registrando-se presença de todos os conselheiros. A reunião teve início às 16h00min (dezesseis) horas, registrando o comparecimento dos conselheiros senhores: efetivos: Aldo Salvador, Geraldo Benedet e Pedro Barp Rodrigues; suplentes: Darci Joaquim e José Volnei Mariot. Iniciando os trabalhos o coordenador senhor Geraldo Benedet agradeceu o comparecimento dos presentes convidou os presentes aos trabalhos de conclusão da fiscalização para emissão do parecer das demonstrações financeiras. Passaram a examinar e apreciar o seguinte: balanço patrimonial, sobras e perdas, demonstrativos estatísticos e contas relacionadas com o exercício 2013 (dois mil e treze), compreendido entre 01 (primeiro) de janeiro e 31 (trinta e um) de dezembro do referido ano, bem como relatório anual do conselho de administração. Procedido aos exames detalhados das peças contábeis e demonstrativos resolvem emitir o seguinte parecer: Cumprindo determinações estatutárias e ao mandato que nos foi conferido, declaramos: "que após exame dos documentos contábeis, caixa, conciliação bancária e demais informações como balanço patrimonial, contas de sobras e perdas e contabilidade e ainda baseado nas reuniões regulamentares efetuadas até a presente data nas quais tomamos conhecimentos de todos os atos praticados, encontrando tudo em perfeita ordem". Em vista da realização da assembleia geral ordinária, emitimos parecer favorável no sentido de que as informações e demonstrativos sejam aprovados pelos associados. Também verificamos que o edital de convocação da assembleia geral marcada para o dia 23 (vinte e três) de março do corrente esta sendo divulgado dentro do prazo previsto pelo estatuto social. O conselho fiscal avaliou o pedido de registro da chapa única a concorrer a eleição do conselho fiscal, encontrando a mesma em condições de ser votada na assembleia geral visto que apresentaram a documentação estabelecida no estatuto social. Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião. Esta ata após lida se aprovada é assinada por mim secretário pelo coordenador e membro. Esta ata é produzida por meio eletrônico conforme disposição do estatuto social.

Lauro Müller/SC, 18 de março de 2014.

Conselho Fiscal – Efetivos


Geraldo Benedet – Coordenador


Pedro Barp Rodrigues – Secretário


Aldo Salvador – Conselheiro

Conselho Fiscal - Suplentes


Darci Joaquim


José Volnei Mariot

PARECER DA AUDITORIA SOCIETÁRIA

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores, Conselheiros e Associados da
COOPERMILA - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MÜLLER
Lauro Muller – SC

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERMILA - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MÜLLER**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da **COOPERMILA - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MÜLLER**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da **COOPERMILA - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MÜLLER**, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da **COOPERMILA - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MÜLLER**. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERMILA - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MÜLLER**, em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São José (SC), 19 de março de 2014.



Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável – Contador – CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012

Rua Vereador Mário Coelho Pires, nº 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 – São José – SC
Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259-2444 – e-mail: audiconsult@audiconsult.com.br

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CNPJ: 75.568.154/0001-83

NIRE: 42 4 0000207 2

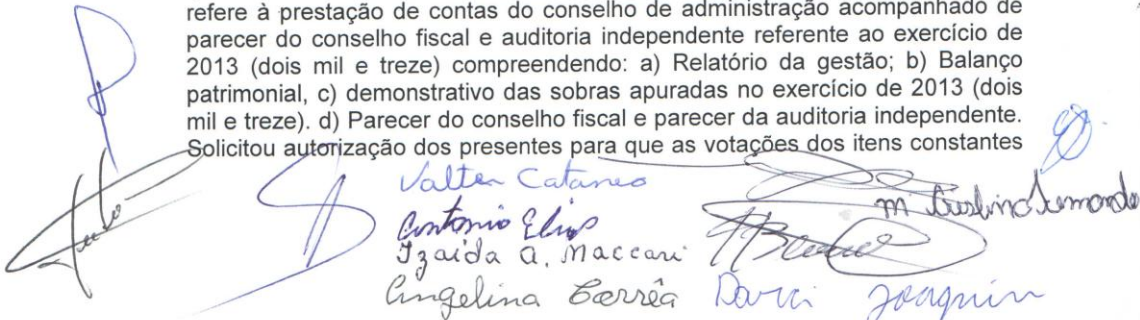
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MÜLLER – COOPERMILA. Aos 23 (vinte e três) dias do mês de março do ano de 2014 (dois mil e quatorze) nas dependências do salão de festas da Capela Santa Barbara, sita a Rua Visconde de Barbacena, s/nº, distrito de Barro Branco, neste município, em terceira e última convocação, às 9h (nove horas), realizou-se a assembleia geral ordinária da Coopermila. Registrando a presença de 243 (duzentos e quarenta e três) associados, conforme assinatura no livro de presença a assembleia teve sua convocação determinada pelo conselho de administração conforme edital abaixo transcrito. Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária. O presidente da Cooperativa de Eletrificação Lauro Müller - COOPERMILA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo estatuto social, convoca os associados para comparecerem a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA a realizar-se no dia 23 (vinte e três) de março de 2014 (dois mil e quatorze), nas dependências do salão de festas da Capela Santa Barbara, sita a Rua Visconde de Barbacena, s/nº, distrito de Barro Branco, neste município por não haver acomodações suficientes na sede social, às 7h (sete horas) em primeira convocação com a presença de 2/3 (dois terços) de seus associados às 8h (oito horas) em segunda convocação, com a presença de metade mais um de seus associados ou às 9h (nove horas) em terceira e última convocação; com a presença de no mínimo 10 (dez) associados para deliberarem a seguinte: ordem do dia: 1) (primeiro) Prestação de contas do conselho de administração acompanhado de parecer do conselho fiscal e auditoria independente referente exercício de 2013 (dois mil e treze), compreendendo: a) Relatório da gestão; b) Balanço patrimonial; c) Demonstrativo das sobras apuradas no exercício de 2013 (dois mil e treze); d) Parecer do conselho fiscal e parecer de auditoria. 2) (segundo) Destinação das sobras apuradas no exercício de 2013 (dois mil e treze). 3) (terceiro) Eleição e posse dos componentes do conselho fiscal período 2014 (dois mil e quatorze). 4) (quarto) Fixação de pró-labore ao presidente e cédula de presença para as reuniões do conselho fiscal demais membros do conselho de administração e delegados representantes junto a Fecoesusc. 5) (quinto) Aprovação do plano de investimentos para o exercício de 2014 (dois mil e quatorze). 6) (sexto) Apresentação e aprovação de plano de aplicação do FATES 2013 (dois mil e treze) e 2014 (dois mil e quatorze). 7) (sétimo) Autorização para manutenção do valor da quota parte subscrita durante o exercício de 2014 (dois mil e quatorze) em R\$ 245,00 (duzentos e quarenta e cinco reais) suspendendo a correção do IGP-M (FGV) do exercício anterior. 8) (oitavo) Autorização para contrair empréstimos emergenciais até o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) quando do atraso de repasse de recursos e subvenções federais. 9) (nono) Autorização e homologação para venda de bens do ativo imobilizado. 10) (décimo) Assuntos gerais. Observações: a) Para efeito de verificação de quórum a Cooperativa possui 1.096 (um mil e noventa e seis) associados. b) Os documentos a serem apreciados no item (01) primeiro da ordem do dia, estarão disponíveis aos associados a partir do dia 13/03/2014 (treze de março de dois mil e quatorze), na sede social. c) Interessados a concorrer aos cargos sociais de conselho fiscal, deverão comparecer com chapas a serem inscritas junto à administração na sede



Walter Estano
Antonio Elias
Izaida A. Maccaei
Angelina Corrêa

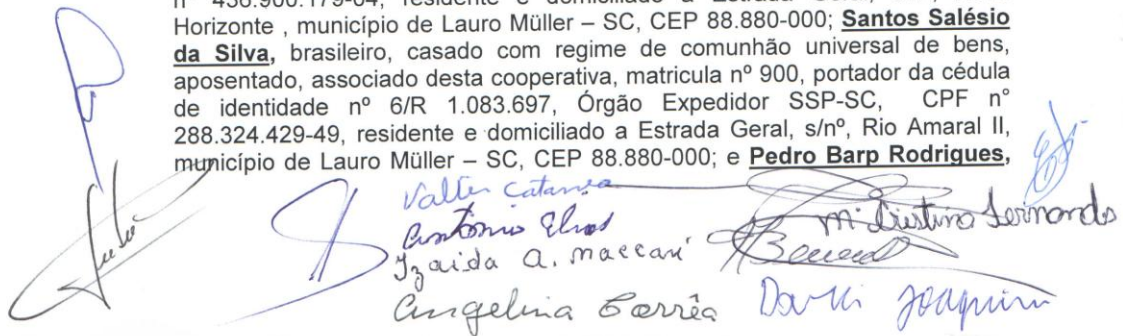
M. Custino Bonardos
Davi Joaquim

da Coopermila até às 17h (dezessete horas) do dia 18/03/2014 (dezoito de março de dois mil e quatorze). d) As chapas apresentadas deverão conter a documentação prevista no artigo 43º (quadragésimo terceiro) do estatuto social, e expressa concordância de seus componentes. e) Havendo chapa única inscrita para eleição do fiscal o item 3º (terceiro) da ordem do dia será votado por aclamação no dia 23/03/2014 (vinte e três de março de dois mil e quatorze), salvo determinação diversa da assembleia geral. f) Registrando-se mais de uma chapa a concorrer a eleição do conselho fiscal a votação ocorrerá no mesmo local no encerramento da assembleia após a deliberação dos demais itens da ordem do dia. g) A posse dos eleitos ocorrerá no prazo estabelecido no parágrafo 5º do artigo 43º do estatuto social. h) Relação dos bens constante do item 9º (nono) estará a disposição dos associados a partir do dia 13/03/2014 (treze de março de dois mil e quatorze) na sede social. i) Para exercer seu direito de voto o associado inscrito até a convocação desta assembleia deverá apresentar-se munido de documento que o identifique com fotografia e estar rigorosamente em dia com as obrigações junto a Cooperativa. j) A posse dos eleitos ocorrerá no prazo estabelecido no parágrafo 5º (quinto) do artigo 43º (quadragésimo terceiro) do estatuto social. j) As pessoas jurídicas associadas, para exercer direito de voto deverão apresentar contrato social ou ata para comprovação do representante legal. k) As entidades associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar livro de atas ou estatuto para comprovação do representante legal. l) Débitos quitados em agentes arrecadadores no dia 21 (vinte e um) de março do corrente deverão ser comprovados com a apresentação de nota fiscal de fornecimento de energia elétrica devidamente paga. Lauro Müller, 26 (vinte e seis) de fevereiro de 2014 (dois mil e quatorze). Genivaldo da Silva – Presidente em exercício. Iniciando o trabalho de instalação da assembleia o presidente cumprimentou a todos os presentes. Passou a compor a mesa convidando os senhores Genivaldo da Silva, secretário, Oclandio Mazon, vice-presidente, Coordenador do conselho fiscal Geraldo Benedet, Aldo Salvador membro do conselho fiscal, Pedro Barp Rodrigues secretário do conselho fiscal e Hesmezenrik Giordani Nunes, consultor para ocuparem seus lugares a mesa. Os trabalhos foram iniciados com o presidente Alcimar Damiani de Brida solicitou ao secretário que fizesse a verificação do quórum sendo este satisfeito na forma prevista no estatuto social. Em seguida o secretário fez a leitura do edital de convocação já transcrito nesta ata, bem como da carta circular expedida aos associados, e também a apresentou exemplar do jornal O visor, 2ª (segunda) quinzena de fevereiro de 2014 (dois mil e quatorze) pagina nº 09 (número nove); edição 120 (cento e vinte) em que foi publicado o edital de convocação. Informou ainda que o edital foi também divulgado nas emissoras de rádio local e afixado nas dependências públicas do município cumprindo-se a determinação prevista no estatuto social. O presidente deu início os trabalhos solicitando ao secretário que fizesse a leitura do item primeiro da ordem do dia da assembleia que se refere à prestação de contas do conselho de administração acompanhado de parecer do conselho fiscal e auditoria independente referente ao exercício de 2013 (dois mil e treze) compreendendo: a) Relatório da gestão; b) Balanço patrimonial, c) demonstrativo das sobras apuradas no exercício de 2013 (dois mil e treze). d) Parecer do conselho fiscal e parecer da auditoria independente. Solicitou autorização dos presentes para que as votações dos itens constantes



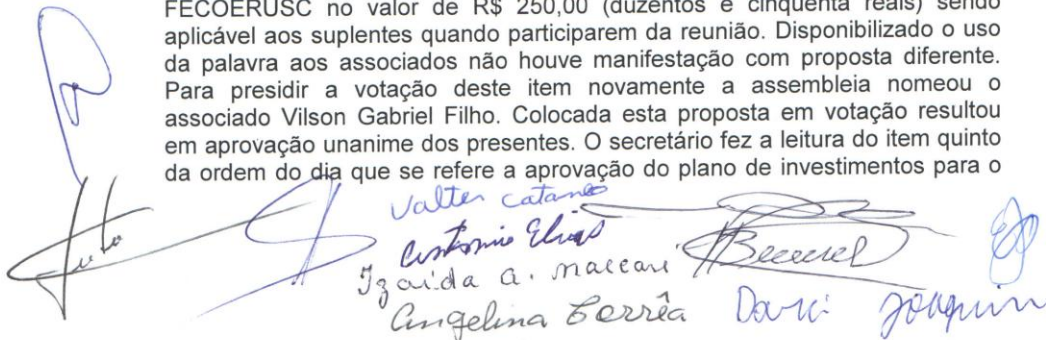
Valter Catanos
Antonio Elias
Izaida A. Maccari
Angelina Berrêa
Davi
Joaquim

da ordem do dia do edital de convocação sejam a descoberto. Consultados os presentes resultou em aprovação unânime para que a ordem do dia seja votada em aberto mediante a utilização de cartões com cores diferenciadas. Em seguida o senhor Ricardo Mazon Benedet contador da Coopermila apresentou o relatório do conselho de administração. Realizada a apresentação o presidente solicitou ao coordenador do conselho fiscal que fizesse a leitura do parecer do conselho fiscal e a leitura do parecer dos auditores independentes referentes às contas apresentadas. Lido os pareceres que opinaram pela aprovação das contas, abriu-se espaço para perguntas e debates sobre estas. Como não houve perguntas solicitou aos associados que atendendo a disposição estatutária fosse escolhido entre os presentes um associado para presidir o ato de aprovação do relatório do conselho de administração. A assembleia apresentou o associado Wilson Gabriel Filho que submeteu à votação as peças que compõem as contas do exercício de 2013 (dois mil e treze) as quais foram aprovadas por unanimidade. O presidente solicitou ao secretário que fizesse a leitura do item segundo da ordem do dia, que se refere as sobras do exercício de 2013 (dois mil e treze) no valor de R\$ 43.120,38 (quarenta e três mil cento e vinte reais e trinta e oito centavos) as quais o conselho de administração propôs aos presentes a seguinte destinação: Fundo de reserva legal R\$ 4.312,04 (quatro mil, trezentos e doze reais e quatro centavos) conforme artigo 47º (quadragésimo sétimo) letra "a" do estatuto social; FATES (Fundo de assistência técnica educacional e social) R\$ 4.312,04 (quatro mil, trezentos e doze reais e quatro centavos) conforme artigo 47º (quadragésimo sétimo) letra "b" do estatuto social; Fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição R\$ 21.560,19 (vinte e um mil quinhentos e sessenta reais e dezenove centavos) conforme artigo 47º (quadragésimo sétimo) letra "c" do estatuto social e que R\$ 12.936,11 (doze mil novecentos e trinta e seis reais e onze centavos) que correspondem as sobras líquidas a disposição da assembleia conforme 52º (quinquagésimo segundo) do estatuto social sejam integralizadas ao FATES (Fundo de assistência técnica educacional e social) para aplicação nos programas sociais mantidos pela cooperativa. Após esclarecimentos a assembleia aprovou por unanimidade as destinações do valor total das sobras apuradas no exercício de 2013 (dois mil e treze) na forma acima proposta pelo conselho de administração. O secretário fez a leitura do item terceiro da ordem do dia no que se refere à eleição e posse dos componentes do conselho fiscal período 2014 (dois mil e quatorze). Os associados presentes foram informados que houve a apresentação de chapa única para concorrer a eleição assim constituída: Chapa única - Conselho fiscal período 2014 (dois mil e quatorze) - Efetivos: **José Volnei Mariot**, brasileiro, casado com regime de comunhão universal de bens, aposentado, associado desta cooperativa, matrícula nº 593, portador da cédula de identidade nº 1.084.233 Órgão Expedidor SSP-SC, CPF nº 436.900.179-04, residente e domiciliado a Estrada Geral, s/nº, Novo Horizonte, município de Lauro Müller – SC, CEP 88.880-000; **Santos Salésio da Silva**, brasileiro, casado com regime de comunhão universal de bens, aposentado, associado desta cooperativa, matrícula nº 900, portador da cédula de identidade nº 6/R 1.083.697, Órgão Expedidor SSP-SC, CPF nº 288.324.429-49, residente e domiciliado a Estrada Geral, s/nº, Rio Amaral II, município de Lauro Müller – SC, CEP 88.880-000; e **Pedro Barp Rodrigues**,



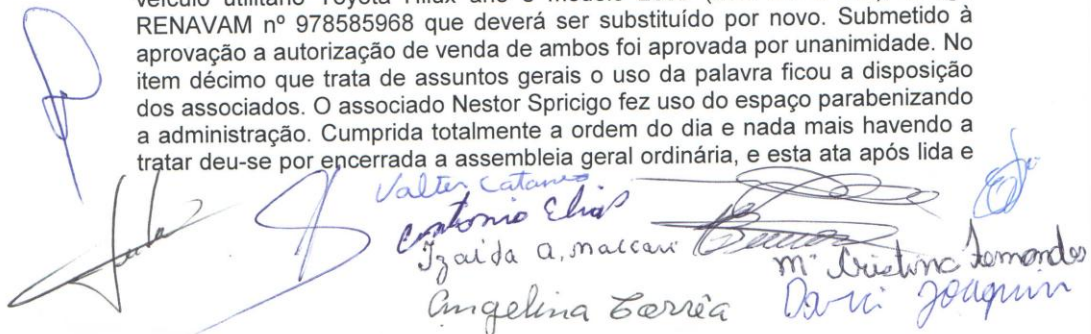
Valter Catarina
Antonio Elias
Jzaida A. Maecari
Angelina Correia
M. Distino Serimondo
Barp
Davi Joaquim

brasileiro, casado com regime de comunhão universal de bens, aposentado, associado desta cooperativa, matrícula nº 833, portador da cédula de identidade nº 6/R 500.872, Órgão Expedidor SSP-SC, CPF nº 299.852.699-34, residente e domiciliado a Estrada Geral, s/nº, Rio da Vaca, município de Lauro Müller – SC, CEP 88.880-000; Conselho Fiscal período 2014 – Suplentes: **Arcangelo Hoffmann Filho**, brasileiro, casado com regime de comunhão universal de bens, auxiliar de impressão, associado desta cooperativa, matrícula nº 977, portador da cédula de identidade nº 3.863.629, Órgão Expedidor SSP-SC, CPF nº 023.556.419-27, residente e domiciliado a Estrada Geral, s/nº, Rio Amaral I, município de Lauro Müller – SC, CEP 88.880-000; **Valdomiro Bonot**, brasileiro, casado com regime de comunhão universal de bens, aposentado, associado desta cooperativa, matrícula nº 373, portador da cédula de identidade nº 2.573.850, Órgão Expedidor SSP-SC, CPF nº 416.848.699-00, residente e domiciliado a Estrada Geral, s/nº, Rio Amaral II, município de Lauro Müller – SC, CEP 88.880-000; e **João Hoffmann**, brasileiro, casado com regime de comunhão universal de bens, auxiliar de escritório, associado desta cooperativa, matrícula nº 1.262, portador da cédula de identidade nº 2.803.574, Órgão Expedidor SSP-SC, CPF nº 756.604.669-15, residente e domiciliado a estrada Geral, s/nº, Rio Amaral II, município de Lauro Müller – SC, CEP 88.880-000. O presidente informou a todos que o conselho de administração juntamente com o conselho fiscal em reunião ordinária, homologou os nomes a serem submetidos à apreciação da assembleia e pediu que os presentes se manifestassem quanto a eventuais impedimentos, para providências de exclusão e substituição destes. Não houve manifestação, e a chapas apresentada esta apta a ser votada por aclamação na forma prevista no edital de convocação. Os candidatos apresentaram declaração de desimpedimento onde consta o seguinte teor: a) Que não estão impedidos por lei, ou condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita, suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade; b) Que não são parentes em linha reta ou colateral até o segundo grau com os componentes do conselho de administração. c) Que expressam seu consentimento em participar da chapa a ser submetida à apreciação da assembleia geral. A votação pelos presentes resultou que a chapa apresentada fosse eleita por unanimidade. O secretário fez a leitura do item quarto da ordem do dia que se refere à fixação de pró-labore ao presidente e cédula de presença às reuniões conselho fiscal demais membros do conselho de administração e delegados representantes junto a FECOERUSC. O conselho de administração apresentou a seguinte proposta: Pró-labore ao presidente no valor de R\$ 5.560,00 (cinco mil quinhentos e sessenta reais) e cédula de presença por comparecimento às reuniões do conselho fiscal, demais membros do conselho de administração e delegados representantes junto a FECOERUSC no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) sendo aplicável aos suplentes quando participarem da reunião. Disponibilizado o uso da palavra aos associados não houve manifestação com proposta diferente. Para presidir a votação deste item novamente a assembleia nomeou o associado Vilson Gabriel Filho. Colocada esta proposta em votação resultou em aprovação unânime dos presentes. O secretário fez a leitura do item quinto da ordem do dia que se refere a aprovação do plano de investimentos para o



Valter Catano
Antonio Elias
Izaida A. Maccari
Angelina Berria
Davi
Joãoquin

exercício de 2014 (dois mil e quatorze). Apresentado pelo presidente e submetido apreciação os investimentos projetados para 2014 (dois mil e quatorze) foram aprovado por unanimidade. O secretário fez a leitura do item sexto da ordem do dia que estabelece a apresentação e aprovação do plano de aplicação do FATES (Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social) 2013 (dois mil e treze) e 2014 (dois mil e quatorze). O presidente apresentou aos presentes os benefícios sociais e seus respectivos custos incorridos no exercício de 2013 (dois mil e treze). Também apresentou um relatório dos gastos efetivados deste a implantação dos serviços médicos odontológicos e ambulatoriais os quais expressam a quantia de R\$ 388.176,07 (trezentos e oitenta e oito mil, cento e setenta e seis reais e sete centavos). Em continuidade apresentou a projeção dos gastos para o exercício de 2014 (dois mil e quatorze) que submetidos a votação foram aprovados por unanimidade. O secretário fez a leitura do item sétimo da ordem que delibera sobre a autorização para manutenção do valor da quota parte em R\$ 245,00 (duzentos e quarenta e cinco reais) mantendo suspensa a correção do IGPM (FGV) do exercício anterior. Apresentado pelo contador Ricardo Mazon Benedit e submetida a apreciação da assembleia a deliberação foi aprovada por unanimidade. O secretário fez a leitura do item oitavo da ordem do dia que delibera sobre a autorização para contrair empréstimos emergenciais até o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) quando do atraso de repasse de recursos e subvenções federais. O item não foi objeto de deliberação visto que a Aneel (Agencia Nacional de Energia Elétrica) se pronunciou estabelecendo que a Coopermila poderá atrasar o suprimento no montante equivalente a subvenção CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) sempre que está for objeto de atraso do repasse. Esta informação foi apresentada aos associados que aprovaram a decisão do conselho de administração de retirar a deliberação da ordem dia. O secretário fez a leitura do item nono da ordem do dia que delibera sobre a autorização e homologação para venda de bens do ativo imobilizado. O presidente apresentou informações sobre a negociação realizada na aquisição de 3 (três) motocicletas para uso no serviço de leitura dos medidores das unidades consumidoras. Dada a razoabilidade os presentes homologaram a venda das 3 (três) motocicletas que foram ofertadas através de leilão publico com as seguintes características: 01 motocicleta Honda/NXR 150 BROS, ano e modelo 2008 (dois mil e oito), código RENAVAM nº 967337283; 01 motocicleta Honda/NXR 150 BROS, ano e modelo 2008 (dois mil e oito), código RENAVAM nº 967340187; 01 motocicleta Honda/CG 150 TITAN, ano e modelo 2008 (dois mil e oito), código RENAVAM nº 967339510. Também foi apresentado para aprovação de venda o lote urbano localizado no distrito de Guatá, matrícula nº 13.563 (treze mil quinhentos e sessenta e três) visto que o deslocamento da medição de Guatá para a localidade de Rocinha resultou na não utilização deste imóvel ao serviço de distribuição de energia elétrica e do veículo utilitário Toyota Hilux ano e modelo 2008 (dois mil e oito), código RENAVAM nº 978585968 que deverá ser substituído por novo. Submetido à aprovação a autorização de venda de ambos foi aprovada por unanimidade. No item décimo que trata de assuntos gerais o uso da palavra ficou a disposição dos associados. O associado Nestor Spricigo fez uso do espaço parabenizando a administração. Cumprida totalmente a ordem do dia e nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a assembleia geral ordinária, e esta ata após lida e



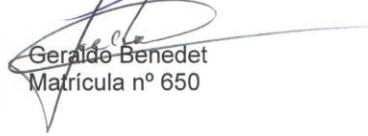
Valter Catanho
Antonio Elias
Jzaida A. Malcari
Angelina Ferreira
M. Cristina Tomaz
Davi Joaquin

aprovada foi assinada, por mim secretário, pelo presidente. E atendendo ao disposto na Instrução Normativa 101/2006 (cento e um do ano de dois mil e seis) do DNRC (Departamento Nacional de Registro do Comércio), certificamos que estiveram presentes a esta assembleia 243 (duzentos e quarenta e três) associados cujas assinaturas constam no livro de presenças dos associados nas assembleias gerais, nos termos artigo 22 (vinte e dois), inciso V (quinto), da lei nº 5.764/71 (cinco mil setecentos e sessenta e quatro do ano de um mil novecentos e setenta e um). Foi designado pela assembleia 10 (dez) associados para assinar esta ata que são: Geraldo Benedet, Vilson Gabriel Filho, Izaida Antonia Maccari, Valter Cataneo, Angelina Corrêa, Maria Cristina Fernandes, Paulo Benedet, Antonio Elias, Darci Joaquim e Emir Ramos. Esta ata foi produzida por meio eletrônico conforme determinação desta assembleia geral.

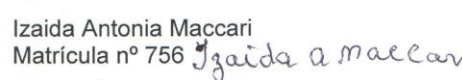
Lauro Müller - SC, 23 de março de 2014.


Alcimar Damiani de Brida – Presidente


Genivaldo da Silva – Secretário


Geraldo Benedet
Matrícula nº 650



Vilson Gabriel Filho
Matrícula nº 1.437


Izaida Antonia Maccari
Matrícula nº 756


Valter Cataneo
Matrícula nº 1.311


Angelina Corrêa
Matrícula nº 832


Maria Cristina Fernandes
Matrícula nº 1.417


Paulo Benedet
Matrícula nº 396


Antonio Elias
Matrícula nº 624


Darci Joaquim
Matrícula nº 964


Emir Ramos
Matrícula nº 1.468

PARTICIPAÇÕES

Direção Geral

Alcimar Damiani de Brida - Presidente

Coordenação e produção

Ricardo Mazon Benedet - Departamento de contabilidade

Supervisão

Hesmezenrik Giordani Nunes – HVA Service Solution Ltda (serviços de escritório e contabilidade)

Colaboração

Ricardo Steiner – Departamento elétrico

Darlania Maccari – Assessoria contábil

Roteiro editorial e conteúdo

Lei nº 5.764/1971

Resolução ANEEL nº 444, de 26/10/2001

Resolução ANEEL nº 396, de 26/02/2010.

Pronunciamentos técnicos - IBRACON

Despacho nº 4.413/2013 SFF/ANEEL de 27/12/2013.

Estatuto social da Coopermila

Agradecimentos

Conselho de administração

Departamento técnico e engenharia

Departamento de contabilidade

Departamento financeiro

Departamento de recursos humanos

Departamento de TI

Departamento comercial

Funcionários da Coopermila em geral

Audiconsult consultores

Useall Software